



Simulado Final

CGM SP

**Auditor Municipal de Controle Interno -
Área de Especialização Geral - Pós-Edital**

Simulado

Simulado CGM-SP (Auditor Municipal de Controle Interno - Área de Especialização Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **CARGO** da **INSTITUIÇÃO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/wSMrNbuS3hRMkCaP6>

| | | | | | | | |
|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 31 - ABCDE | 61 - ABCDE | 91 - ABCDE | 121 - ABCDE | 151 - ABCDE | 181 - ABCDE | 211 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 32 - ABCDE | 62 - ABCDE | 92 - ABCDE | 122 - ABCDE | 152 - ABCDE | 182 - ABCDE | 212 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 33 - ABCDE | 63 - ABCDE | 93 - ABCDE | 123 - ABCDE | 153 - ABCDE | 183 - ABCDE | 213 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 34 - ABCDE | 64 - ABCDE | 94 - ABCDE | 124 - ABCDE | 154 - ABCDE | 184 - ABCDE | 214 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 35 - ABCDE | 65 - ABCDE | 95 - ABCDE | 125 - ABCDE | 155 - ABCDE | 185 - ABCDE | 215 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 36 - ABCDE | 66 - ABCDE | 96 - ABCDE | 126 - ABCDE | 156 - ABCDE | 186 - ABCDE | 216 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 37 - ABCDE | 67 - ABCDE | 97 - ABCDE | 127 - ABCDE | 157 - ABCDE | 187 - ABCDE | 217 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 38 - ABCDE | 68 - ABCDE | 98 - ABCDE | 128 - ABCDE | 158 - ABCDE | 188 - ABCDE | 218 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 39 - ABCDE | 69 - ABCDE | 99 - ABCDE | 129 - ABCDE | 159 - ABCDE | 189 - ABCDE | 219 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 40 - ABCDE | 70 - ABCDE | 100 - ABCDE | 130 - ABCDE | 160 - ABCDE | 190 - ABCDE | 220 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 41 - ABCDE | 71 - ABCDE | 101 - ABCDE | 131 - ABCDE | 161 - ABCDE | 191 - ABCDE | 221 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 42 - ABCDE | 72 - ABCDE | 102 - ABCDE | 132 - ABCDE | 162 - ABCDE | 192 - ABCDE | 222 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 43 - ABCDE | 73 - ABCDE | 103 - ABCDE | 133 - ABCDE | 163 - ABCDE | 193 - ABCDE | 223 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 44 - ABCDE | 74 - ABCDE | 104 - ABCDE | 134 - ABCDE | 164 - ABCDE | 194 - ABCDE | 224 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 45 - ABCDE | 75 - ABCDE | 105 - ABCDE | 135 - ABCDE | 165 - ABCDE | 195 - ABCDE | 225 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 46 - ABCDE | 76 - ABCDE | 106 - ABCDE | 136 - ABCDE | 166 - ABCDE | 196 - ABCDE | 226 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 47 - ABCDE | 77 - ABCDE | 107 - ABCDE | 137 - ABCDE | 167 - ABCDE | 197 - ABCDE | 227 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 48 - ABCDE | 78 - ABCDE | 108 - ABCDE | 138 - ABCDE | 168 - ABCDE | 198 - ABCDE | 228 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 49 - ABCDE | 79 - ABCDE | 109 - ABCDE | 139 - ABCDE | 169 - ABCDE | 199 - ABCDE | 229 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 50 - ABCDE | 80 - ABCDE | 110 - ABCDE | 140 - ABCDE | 170 - ABCDE | 200 - ABCDE | 230 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 51 - ABCDE | 81 - ABCDE | 111 - ABCDE | 141 - ABCDE | 171 - ABCDE | 201 - ABCDE | 231 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 52 - ABCDE | 82 - ABCDE | 112 - ABCDE | 142 - ABCDE | 172 - ABCDE | 202 - ABCDE | 232 - ABCDE |
| 23 - ABCDE | 53 - ABCDE | 83 - ABCDE | 113 - ABCDE | 143 - ABCDE | 173 - ABCDE | 203 - ABCDE | 233 - ABCDE |
| 24 - ABCDE | 54 - ABCDE | 84 - ABCDE | 114 - ABCDE | 144 - ABCDE | 174 - ABCDE | 204 - ABCDE | 234 - ABCDE |
| 25 - ABCDE | 55 - ABCDE | 85 - ABCDE | 115 - ABCDE | 145 - ABCDE | 175 - ABCDE | 205 - ABCDE | 235 - ABCDE |
| 26 - ABCDE | 56 - ABCDE | 86 - ABCDE | 116 - ABCDE | 146 - ABCDE | 176 - ABCDE | 206 - ABCDE | 236 - ABCDE |
| 27 - ABCDE | 57 - ABCDE | 87 - ABCDE | 117 - ABCDE | 147 - ABCDE | 177 - ABCDE | 207 - ABCDE | 237 - ABCDE |
| 28 - ABCDE | 58 - ABCDE | 88 - ABCDE | 118 - ABCDE | 148 - ABCDE | 178 - ABCDE | 208 - ABCDE | 238 - ABCDE |
| 29 - ABCDE | 59 - ABCDE | 89 - ABCDE | 119 - ABCDE | 149 - ABCDE | 179 - ABCDE | 209 - ABCDE | 239 - ABCDE |
| 30 - ABCDE | 60 - ABCDE | 90 - ABCDE | 120 - ABCDE | 150 - ABCDE | 180 - ABCDE | 210 - ABCDE | 240 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/6wg5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto I**

Diversas prefeituras vêm estudando e desenvolvendo novos modelos de gestão pública no Brasil, priorizando a eficácia e a eficiência na concretização dos resultados para a sociedade.

A gestão de políticas públicas na administração municipal é um desafio cada vez mais relevante, na medida em que as necessidades dos cidadãos não param de crescer e a realidade de recursos financeiros disponíveis é finita.

Existem mais de 5 mil municípios no Brasil, com diversas extensões territoriais e diferentes características socioeconômicas.

Administrar as necessidades da população é uma tarefa complexa, uma vez que o principal objetivo das administrações municipais é garantir e constantemente melhorar a qualidade de vida da população em áreas urbanas e rurais, antecipando e assegurando o atendimento às necessidades em saúde, educação, moradias, infraestrutura, acessibilidade, segurança, entre outras.

Para alcançar esse objetivo maior, o investimento em planejamento urbano é imprescindível.

O desafio nesse cenário é tomar a decisão certa para uma melhor gestão e para o aproveitamento dos recursos.

Nesse sentido, poder contar com uma infraestrutura de informações consistentes, precisas e atualizadas é um diferencial crítico durante o processo de planejamento urbano.

Os diversos fenômenos e características de uma cidade, necessários a um pleno conhecimento do território e, conseqüentemente, ao planejamento urbano, estão espacialmente distribuídos em um município.

Para que o planejamento urbano de um município seja realizado adequadamente, é necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos, os quais se originam na consolidação de dados e bases cartográficas.

A estruturação de informações em bases de dados geográficos que demonstrem e elucidem o cenário urbano e ambiental de um município, assim como informações complementares sobre a infraestrutura de educação, saúde e rede viária, potencializa as análises na tomada de decisões em benefício público e na identificação de demandas e problemas, impactando a prestação de serviços ao cidadão, a qualidade de vida e o desenvolvimento das atividades econômicas de uma cidade. As possibilidades resultantes da estruturação de uma base cartográfica municipal e sua utilização no planejamento urbano são múltiplas e se referem, mais comumente, ao mapeamento do uso e cobertura do solo urbano, à identificação de loteamentos irregulares, ao apoio na elaboração de propostas de regularização urbanística e fundiária de bairros ou loteamentos, ao mapeamento dos vazios urbanos, à definição de áreas para expansão urbana, à análise da infraestrutura pública existente, ao mapeamento de áreas com ocorrências de doenças e às informações socioeconômicas e cadastro escolar, entre outras.

O mais interessante e desafiador no processo de estruturação de uma base cartográfica municipal é que os diversos setores de uma prefeitura podem contribuir com as informações pertinentes à sua área de atuação, beneficiando-se da abordagem holística resultante e conseguindo, então, planejar mais bem suas tarefas e também mais bem atender à população.

Muitos gestores públicos no Brasil já chegaram à conclusão de que sem informações corretas, atualizadas e consistentes não é possível planejar adequadamente.

A utilização de tais dados possibilita a melhor utilização dos recursos públicos e a identificação de respostas mais rápidas frente às demandas da população, o que certamente poderá resultar na melhoria da qualidade de vida de um contingente cada vez maior.

01. A partir da leitura do texto, assinale a alternativa que não esteja correta.

- a) A identificação antecipada de demandas evita crises na gestão urbana.
- b) Decisões eficazes dependem de informações detalhadas e precisas.
- c) A modernização da administração permite soluções ágeis para problemas urbanos.
- d) O planejamento bem estruturado por si só garante equilíbrio entre crescimento e preservação.
- e) Municípios que investem em tecnologia e dados tomam melhores decisões.

02. Segundo o texto, assinale a única opção que não reflete o motivo de o correto uso dos recursos poder reduzir desigualdades e ampliar oportunidades.

- a) A distribuição eficiente dos recursos garante melhor acesso à saúde, educação e infraestrutura, reduzindo diferenças socioeconômicas.
- b) A concentração de investimentos em áreas centrais impulsiona a economia de toda a cidade
- c) O uso racional do orçamento evita desperdícios e permite que mais pessoas sejam beneficiadas com serviços de qualidade.
- d) O planejamento adequado direciona recursos para regiões menos favorecidas, reduzindo disparidades territoriais.
- e) Investimentos estratégicos possibilitam que mais pessoas tenham oportunidades de emprego, moradia e mobilidade urbana.

03. Para alcançar esse objetivo maior, o investimento em planejamento urbano é imprescindível.

A oração subordinada presente no período acima tem valor semântico de:

- a) Causa
- b) Consequência
- c) Finalidade
- d) Tempo
- e) Condição

04. Para que o planejamento urbano de um município seja realizado adequadamente, é necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.

O período acima pode ser reescrito, mantendo a correção gramatical e a correlação dos tempos e modos verbais da seguinte forma:

- a) Para que o planejamento urbano de um município seja realizado adequadamente, era necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.
- b) Para que o planejamento urbano de um município seja realizado adequadamente, seria necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.
- c) Para que o planejamento urbano de um município fosse realizado adequadamente, seria necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.
- d) Afim de que o planejamento urbano de um município fosse realizado adequadamente, seria necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.
- e) Para o planejamento urbano de um município ser realizado adequadamente, era necessário conhecer o território e realizar mapeamentos temáticos.

05. Assinale a alternativa a seguir em que a oração não admite transformação para a voz passiva.

- a) Diversas prefeituras vêm estudando e desenvolvendo novos modelos de gestão pública no Brasil.
- b) o principal objetivo das administrações municipais é garantir e constantemente melhorar a qualidade de vida da população.
- c) A utilização de tais dados possibilita a melhor utilização dos recursos públicos
- d) Existem mais de 5 mil municípios no Brasil.
- e) O planejamento adequado direciona recursos para regiões menos favorecidas.

06. O professor olhou para os alunos e disse: "Se vocês tivessem estudado com mais dedicação, certamente teriam conseguido melhores resultados. No próximo semestre, espero que todos se esforcem mais e não deixem as tarefas para a última hora."

A transformação do período acima em discurso indireto feita de maneira correta está em:

- a) O professor olhou para os alunos e disse que, se eles tivessem estudado com mais dedicação, certamente teriam conseguido melhores resultados. Ele afirmou que no próximo semestre esperava que todos se esforçassem mais e que não deixassem as tarefas para a última hora.
- b) O professor disse aos alunos que, se estudassem com mais dedicação, conseguiriam melhores resultados. Além disso, afirmou que no próximo semestre esperava que se esforçassem mais e não deixariam as tarefas para a última hora.
- c) O professor olhou para os alunos e falou que, caso tivessem estudado com mais dedicação, certamente conseguiriam melhores resultados. Ele também disse que, no próximo semestre, esperaria que todos se esforçassem mais e não deixassem as tarefas para a última hora.
- d) O professor disse para os alunos que, se estudassem com mais dedicação, certamente

teriam melhores resultados. Além disso, comentou que no próximo semestre todos se esforçariam mais e não deixariam as tarefas para a última hora.

- d) O professor disse para os alunos que, se estudassem com mais dedicação, certamente teriam melhores resultados. Além disso, comentou que no próximo semestre todos se esforcem mais e não deixariam as tarefas para a última hora.

07. Assinale a opção em que o elemento sublinhado abaixo justifica a flexão do verbo em negrito.

- a) O saber não **se consuma** na inércia; é no labor constante que a inteligência se aprimora e as virtudes intelectuais florescem.
- b) O êxito não **se manifesta** ao acaso, mas sim como a resultante inexorável da diligência e da perseverança ininterrupta no caminho do aprendizado.
- c) A negligência no estudo **é** a ruína da erudição; somente a mente disciplinada alcança os cumes da sabedoria e do discernimento profundo.
- d) A ignorância é o tributo pago por aqueles que, tendo acesso à luz do conhecimento, **optam** pela penumbra da indolência.
- e) O intelecto é como um campo fértil: sem o cultivo meticuloso da reflexão e do estudo, nele **vicejam** apenas ervas daninhas da superficialidade.

08. Assinale a opção em que o elemento sublinhado foi corretamente substituído pelo pronome átono:

- a) A sabedoria não é ofertada **aos ociosos**. (não **lhe** é ofertada)
- b) O sucesso nos estudos vem para quem se esforça de verdade, não para quem espera **a sorte**. (quem **lhe** espera)
- c) Aprender exige **paciência e trabalho**. (Aprender **as** exige)
- d) O professor incentivou os alunos a valorizarem **a disciplina e a constância**. (... os alunos a **lhes** valorizarem)
- e) O estudante negligente desperdiça as chances que a educação oferece **aos jovens**. (a educação **lhes** oferece).

09. Assinale a única alternativa que se encontra na voz passiva.

- a) Conta-se hoje em dia com um novo método de prevenir a doença.
- b) Aquele turista está apaixonado pela cidade.
- c) O seu método de trabalho é parecido com o daquele perito.
- d) Especula-se ainda uma nova onda de disparos de fake news.
- e) Os alunos estão desenvolvendo novas formas de vencer a burocracia.

10. Assinale a única alternativa em que o emprego do elemento destacado esteja incorreto.

- a) O livro **de que** falei está na estante.
- b) A cidade **para a qual** viajamos era encantadora.
- c) Esse é o professor **com quem** tive aula no ensino médio.
- d) O problema **sobre o qual** discutimos ainda não foi resolvido.
- e) A música **na qual** gosto muito toca toda manhã no rádio.

11. Assinale a única alternativa em que se constate presença de linguagem figurada.

- a) A implementação de mecanismos de controle interno pela controladoria reduz riscos de desvios financeiros e melhora a prestação de serviços à população.
- b) Para assegurar a boa governança, a controladoria realiza auditorias periódicas e acompanha de perto a execução orçamentária.
- c) Esse órgão é um verdadeiro guardião das contas públicas, zelando pela correta destinação dos impostos arrecadados.
- d) Os relatórios elaborados pela controladoria são fundamentais para identificar possíveis irregularidades e corrigir falhas nos processos administrativos.
- e) A controladoria do município tem a função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, garantindo transparência e eficiência na gestão.

12. Assinale a única alternativa em que o verbo destacado apresente um tempo diferente dos demais.

- a) Ontem, **estudei** por três horas seguidas para a prova.
- b) Durante a viagem, **visitei** todos os museus da cidade.
- c) Na reunião, o prefeito **apresentou** o novo plano de gestão.
- d) Depois do expediente, **jantei** com alguns colegas de trabalho.
- e) Quando criança, **brincava** na rua até anoitecer.

13. Assinale a única alternativa redigida conforme as normas de concordância verbal.

- a) Ficou absolutamente claro que houveram dificuldades na resolução da questão.
- b) Mais de um médico certamente conseguiram perceber o erro.
- c) Não se percebeu infelizmente os sinais de depressão naquele grupo.
- d) Não podem existir quaisquer irregularidades naquele contrato.
- e) Cabe ao candidato que está prestes a passar as releituras adequadas às vésperas da prova.

14. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- a) Administrar as necessidades da população é uma tarefa complexa, uma vez que o principal objetivo das administrações municipais é garantir e constantemente melhorar a qualidade de vida da população
- b) O mais interessante e desafiador no processo de estruturação de uma base cartográfica municipal é que os diversos setores de uma prefeitura podem contribuir com as informações pertinentes à sua área de atuação.
- c) A estruturação de informações em bases de dados geográficos que demonstrem e elucidem o cenário urbano e ambiental de um município
- d) Muitos gestores públicos no Brasil já chegaram à conclusão de que sem informações corretas, atualizadas e consistentes não é possível planejar adequadamente.
- e) As possibilidades resultantes da estruturação de uma base cartográfica municipal e sua utilização no planejamento urbano são múltiplas e se referem, mais comumente, ao mapeamento do uso e cobertura do solo urbano.

Texto II

Carrego comigo uma velha angústia, uma angústia que me acompanha há séculos. Ela transbordou da vasilha, extravasando em lágrimas, em grandes imaginações, em sonhos que assumem a forma de pesadelos sem terror, mas que chegam com grandes emoções súbitas, desprovidas de qualquer sentido.

Sim, transbordou. E agora me vejo sem saber como conduzir minha vida, sentindo esse mal-estar que parece cravar pregos em minha alma. Se ao menos eu enlouquecesse de verdade! Mas não. Estou nesse estado intermediário, nesse "estar-entre", nesse quase, nesse poder ser que nunca se concretiza... Nesse "isto" indefinível.

Um internado num manicômio, pelo menos, é alguém. Mas eu? Sou um internado sem manicômio, um manicômio sem lugar. Estou doido de frio. Estou lúcido e louco ao mesmo tempo. Alheio a tudo, mas, paradoxalmente, igual a todos. Vivo em um estado de dormência e vigília, com sonhos que se confundem com a loucura – mas que, na verdade, nem são sonhos. Estou assim...

15. Alheio a tudo, mas, paradoxalmente, igual a todos.

Os termos destacados são, respectivamente:

- a) complemento nominal e objeto indireto
- b) objeto indireto e objeto indireto
- c) objeto indireto e complemento nominal
- d) complemento nominal e complemento nominal
- e) Adjunto adnominal e complemento nominal

16. No texto acima, o autor expressa:

- a) _A incerteza entre a razão e a loucura.
- b) A esperança de um recomeço.
- c) A serenidade diante do caos.
- d) A superação dos próprios medos.
- e) A busca por um sentido na rotina.

17. Carrego comigo uma velha angústia, uma angústia que me acompanha há séculos.

O termo destacado abaixo que exerce a mesma função sintática que o destacado acima está em:

- a) E agora me vejo sem saber como conduzir minha vida
- b) Se ao menos eu enlouquecesse de verdade!
- c) Um internado num manicômio, pelo menos, é alguém.
- d) Vivo em um estado de dormência e vigília
- e) Estou doido de frio.

18. No trecho do texto, em que o autor se diz estar 'Estou lúcido e louco', a figura de linguagem que predomina é:

- a) antítese
- b) metonímia
- c) catacrese
- d) metáfora
- e) paradoxo

19. Assinale a única alternativa que esteja totalmente correta quanto ao emprego dos sinais de pontuação.

- a) Em meio ao caos da vida, buscamos a sanidade como um porto seguro. Mas às vezes, a lucidez excessiva também pesa, tornando a realidade insuportável. Talvez um pouco de loucura seja necessário para seguir em frente.
- b) A sanidade não é ausência de sofrimento, mas a capacidade de lidar com ele sem perder o controle. Entre memórias dolorosas e incertezas futuras, manter-se são, é um ato de resistência. No entanto, até a mente mais forte pode vacilar diante do inesperado.
- c) A linha entre sanidade e loucura é tão fina que, muitas vezes, só percebemos quando já a atravessamos. O que para uns, é lógica, para outros é obsessão. O que para uns é sonho, para outros é delírio.

d) A sanidade muitas vezes não passa de uma convenção social, uma forma de enquadrar mentes inquietas em padrões confortáveis para a maioria.

e) A sanidade é um fio tênue entre a razão e o delírio, um equilíbrio instável que pode oscilar a qualquer momento. Manter-se são, exige mais do que lógica; requer também controle sobre as próprias emoções. No entanto, quem define o que é sanidade senão a própria sociedade?

20. Preencha corretamente as lacunas a seguir:

A sanidade, assim como a loucura, é apenas ____ maneira como a sociedade define a linha entre a razão e a emoção, adaptando ____ realidade ____ que considera aceitável.

- a) a – à – àquilo
- b) à – a – àquilo
- c) à – à – aquilo
- d) a – a – àquilo
- e) à – à – àquilo

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo***Leia o texto a seguir e responda às questões 21 a 23.****Emerging Trends in Psychology: Tech Dependency**

There's no doubt that the exponential growth of technology has benefited society, but there is a darker side to the rise of the machine. As people become more and more technologically connected, some are concerned that we are losing important aspects of the human experience, becoming impatient, impulsive, forgetful, and even narcissistic. That's why experts are questioning society's dependence on technology: what it is, how it happened, and what we can do to mitigate the risks of dependency during a time of tech advancement.

Regardless of age, gender, ethnicity, or economic status, most individuals ____ (1) smartphone users — in fact, you probably ____ (2) one on you right now. And we're using them everywhere, from the dinner table to when we are driving. This is part of why we feel so much anxiety when phones are lost, dead, or even out of reach for a few minutes.

Smartphones and other devices have become so central to modern life that many rely on them for everything. When was the last time you remembered a phone number without checking, or paid your bills by mail? Communication with loved ones, money management, social media, and GPS directions are all tethered to the Internet and the Internet of Things, making connectivity more vital than ever before. All of this contributes to technology dependency, what a 2012 report claims is "possibly the biggest non-drug addiction of the 21st century."

Adapted from <https://online.csp.edu/resources/article/technology-dependency/>

21. In the sentence "some are concerned that we are losing important aspects of the human experience, becoming impatient, impulsive, forgetful, and even narcissistic" (paragraph 1), the expression losing important aspects means:

- a) getting rid of irrelevant objects.
- b) no longer retaining vital human qualities.
- c) collecting interesting personal items.
- d) sharing essential digital content.
- e) refusing to engage in new technology.

22. Mark the alternative with verbs that correctly and respectively complete the gaps in paragraph 2 from the text

- a) is – has
- b) are – has
- c) are – have
- d) were – had
- e) am – have

23. According to the text, choose the correct statement:

- a) Smartphones are no longer a central part of people's daily routines.
- b) Technology dependency is only relevant to those under 18 years old.
- c) Being unable to remember phone numbers is one aspect of tech reliance.
- d) Modern connectivity has reduced the need for online bill payments.
- e) Experts believe technology poses no risks to human relationships.

Leia o texto a seguir e responda às questões 24 a 26.

There are many health benefits, both physically and mentally, that can be gained with surfing. It has great benefits for your body and fitness level but it also helps you maintain a healthy mental state and a positive attitude towards life. Additionally you are enjoying the outdoors, the beach, meeting new people or having fun with your friends. It's an exciting, fun and challenging sport that will add value to your life.

1 CARDIOVASCULAR HEALTH

Regular exercise has been proven to reduce the risk from suffering or dying from heart-related problems. Surfing is an activity that requires you to be physically active, which will increase your heart rate as it tries to supply enough oxygen into your blood to let your muscles better work in your body. A healthy cardiovascular system allows for easy breathing and gives you the ability to undertake any type of strenuous activities.

2 STRESS RELIEF

There is no better way to relax body and soul than to go for a surf. Surfing ____ (1) you the opportunity to push your limits or just relax and ____ (2) fun in the ocean. The energy you put in and get out of your session is entirely up to you. Surf your brains out and/or sit back, relax and enjoy the scenery.

3 IMPROVED FLEXIBILITY

During your surf session you will twist and turn your body in lots of different position as you get tossed around by the power of the waves. This stretching keeps your body flexible and improves your body's mobility.

Adapted from <https://sunwavesurfcamp.com/blog/show/161-5-health-benefits-of-surfing>

24. In the sentence "It's an exciting, fun and challenging sport that will add value to your life." (paragraph 1), the expression "add value to your life" means:

- a) remove important opportunities from your life.
- b) bring positive improvements and benefits to your life.
- c) increase the number of tasks you must complete.
- d) prevent you from taking risks and achieving goals.
- e) distract you from the daily routine without any purpose

25. Choose the alternative with verbs that correctly and respectively complete the gaps in the text:

- a) offer – having
- b) offers – have
- c) offer – has
- d) offers – having
- e) offered – has

26. According to the text, choose the correct statement:

- a) Surfing is strictly a social sport and can't be practiced individually.
- b) Practicing surfing regularly can improve both mental and physical health.
- c) There is no mention of flexibility benefits when talking about surfing.
- d) Paying bills by mail is encouraged through surfing practices.
- e) The text suggests that surfing increases your stress levels over time

Leia o texto a seguir e responda às questões 27 e 28.**Common Vegetable May Help Treat Diabetes**

Eating carrots could help treat or prevent type 2 diabetes through the vegetables effects on blood sugar regulation and gut health. This is according to new research from the University of Southern Denmark (SDU), which tested the effects of carrots on diabetic mice.

"Carrots improve the gut microflora by producing bacteria that increase the production of short-chain fatty acids," study author Professor Lars Porskjær Christensen, a chemist from SDU, told Newsweek.

He explained that these short-chain fatty acids were formed when bacteria in the gut broke down fiber from food. They help regulate blood sugar levels, improve gut health, support the immune system and maybe even promote the release of GLP-1: the hormone that weight-loss and diabetes drugs such as Ozempic aim to mimic.

Christensen added that carrots also contain bioactive compounds—natural substances that have an effect on the body—called falcarinol and falcarindiol, "that help cells to absorb sugar and improve the function of insulin" and "have an effect on inflammation"—all of which is important for diabetes. The scientists concluded that carrots could be a natural way to complement existing diabetes treatments; so diabetic people could eat carrots while taking prescribed medication, such as insulin or metformin, to further improve their health.

Adapted from <https://www.newsweek.com/carrots-help-treat-diabetes-study-2012593>

27. Choose the statement in which the word "regulate" has been used with the same meaning as in "help regulate blood sugar levels" (paragraph 3).

- a) The government plans to regulate the import of medical supplies by imposing tariffs.
- b) Drinking plenty of water daily can regulate your body temperature and prevent dehydration.
- c) The committee decided to regulate how many students could enroll in the new course.
- d) New laws were introduced to regulate traffic in the city center during rush hours.
- e) Authorities want to regulate the publishing of content on social media platforms.

28. Choose the alternative with the correct reference for the words from the text:

"He explained..."

"...these short-chain fatty acids..."

"...they help regulate blood sugar levels..."

- a) (1) He = Os cientistas, (2) these = fibras, (3) they = as bactérias
- b) (1) He = Professor Lars Porskjær Christensen, (2) these = short-chain fatty acids, (3) they = short-chain fatty acids
- c) (1) He = o intestino, (2) these = Ozempic e outras drogas, (3) they = substâncias químicas
- d) (1) He = University of Southern Denmark (SDU), (2) these = informações de pesquisa, (3) they = dietas especiais
- e) (1) He = Newsweek, (2) these = estudos publicados, (3) they = pacientes com diabetes

Leia o texto a seguir e responda às questões 29 e 30.**Scientists Reveal Diet That Fights Off Life-Threatening Infections**

Eating a diet rich in fiber from beans, legumes, vegetables, fruit, whole grains, nuts and seeds could promote the growth of beneficial microbes in the gut and help the body fight potentially dangerous infections. A study by scientists at the U.K.'s University of Cambridge recently found that 135 species of gut bacteria were linked to the absence of Enterobacteriaceae, a group of bacteria that can cause life-threatening infections.

"There is a lot of research showing how fiber affects our gut in a positive way," senior author Alexandre Almeida of Cambridge's Department of Veterinary Medicine told Newsweek. "First, it helps with digestion by keeping things moving smoothly through our intestines.

"In addition, certain types of fiber act as food for the good bacteria living in our gut. These beneficial bacteria play important roles in digestion and immune function," he said. In the study, Almeida's team found these bacteria to be associated with lower levels of harmful bacteria in the gut.

<https://www.newsweek.com/fiber-infections-gut-bacteria-enterobacteriaceae-2012506>

29. Choose the statement in which the word "beneficial" has been used with the same meaning as in "promote the growth of beneficial microbes in the gut" (paragraph 1).

- a) Proper maintenance can be beneficial to preserving historic buildings from decay.
- b) Vitamin supplements are beneficial if they completely eliminate all bacterial flora.
- c) She found that engaging in social media was beneficial to her self-esteem.
- d) Recycling is beneficial for reducing waste and helping the environment.
- e) This strong medication may be beneficial if used to kill any living organism in the intestines.

30. According to the text, choose the correct statement:

- a) The study suggests that harmful bacteria in the gut vanish entirely without dietary changes.
 - b) The authors concluded that the 135 species of gut bacteria cause severe infections.
 - c) Scientists discovered that beneficial bacteria seem linked to the reduction of harmful bacteria in the gut.
 - d) Alex Almeida states that fiber should be removed from the diet to improve digestion.
 - e) Legumes and whole grains have no effect on immune function whatsoever.
-

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (DIREITO CONSTITUCIONAL)*João Trindade*

31. A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, pode-se afirmar que:

- a) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, exceto em relação às empresas estatais exploradoras de atividade econômica
- b) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa
- c) cabe ao Poder Legislativo apreciar recursos interpostos contra decisões tomadas em processos administrativos nos quais se discuta questão tributária
- d) É constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público
- e) É inconstitucional atribuir competência exclusiva à Assembleia Legislativa para julgar anualmente as contas do Tribunal de Contas do Estado

32. Assinale a alternativa que, à luz da Constituição Federal, não se inclui entre as atribuições do Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público
- c) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município
- e) sustar, se não atendido, a execução do ato ou contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

33. Em relação à fiscalização contábil, julgue os itens a seguir:

- I - É legal e constitucionalmente fundada a desconsideração da pessoa jurídica pelo TCU, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa
- II - É possível a decretação pelo TCU de indisponibilidade de bens de particulares responsáveis pela administração de dinheiro de origem pública, se constatados indícios de ilegalidades, ainda que eles também se submetam à fiscalização de outras instâncias administrativas.
- III - O poder geral de cautela exime o TCU de observar o contraditório e a ampla defesa, podendo validamente negar a disponibilização de documentos levados em consideração para a concessão da medida restritiva.

Está correto o previsto em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

34. Sobre os Ministros do Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
- b) Para ser Ministro do Tribunal, é preciso ter mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade
- c) Exige-se dos Ministros do TCU que tenham notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública
- d) um terço deles serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e

membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento

- e) O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal

35. Joaniclébson, Jamário e Janyklébia são Conselheiros de Tribunal de Contas Estadual, escolhidos pelo respectivo Governador. À luz do art. 75 da CF e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que:

- a) um deles foi escolhido de forma inconstitucional, já que a CF prevê apenas dois membros escolhidos por Governador
- b) eles têm os mesmos direitos, garantias e prerrogativas de juiz federal de primeira instância
- c) pelo menos dois deles são oriundos de carreiras específicas (Ministério Público de Contas e Auditor substituto de Conselheiro)
- d) nos TCEs, cinco membros devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa
- e) nos TCEs, não se prevê composição fixa na CF, ficando a Constituição de cada Estado livre para fixar a quantidade de conselheiros.

36. Sobre o controle interno e sua relação com o controle externo, julgue os itens a seguir:

I - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

II - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

III - A Controladoria-Geral da União (CGU) pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado às quais foram destinadas. A fiscalização exercida pela CGU é interna, pois feita exclusivamente sobre verbas provenientes do orçamento do Executivo.

Estão corretos:

- a) todos
- b) nenhum
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III

37. Sobre o controle financeiro da Administração Pública, é correto afirmar que, EXCETO:

- a) Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- b) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- c) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da

legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

d) Não é competência do TCU fiscalizar a aplicação de verbas originárias da União por parte dos demais entes da Federação.

e) Na condição de conveniente, o Estado pode ser responsabilizado pela má utilização de verbas públicas federais repassadas por convênio, submetendo-se, portanto, ao controle do TCU, sem prejuízo, ainda, de eventual responsabilidade concorrente do gestor estadual.

38. Wesssklleysson foi condenado pelo Tribunal de Contas a pagar multa e repor ao erário determinada quantia. Contra a decisão não cabe mais recurso administrativo. Nesse caso, pode-se dizer corretamente que:

- a) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, autorizando o ajuizamento de ação de conhecimento para constituir o débito
- b) A própria entidade lesada tem legitimidade para ajuizar ação de execução fiscal em desfavor de Wesssklleysson
- c) a ação de execução fiscal deve ser ajuizada pelo Ministério Público
- d) a ação de execução fiscal deve ser ajuizada pelo próprio Tribunal
- e) a ação de execução fiscal deve ser ajuizada por qualquer cidadão

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (ARTIGOS 47 A 53))*Rodrigo Bet*

39. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida:

- a) Exclusivamente pela Câmara Municipal, por meio do controle externo.
- b) Pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, que detém autonomia e exclusividade na matéria de controle.
- c) Pela Câmara Municipal, por meio do controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo e Legislativo.
- d) Pelo Tribunal de Contas do Município, que detém titularidade do exercício de controle externo.
- e) Pelo Ministério Público, que detém competência exclusiva para fiscalizar os gastos públicos.

40. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o controle externo do Município, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP). Entre suas competências, está a de:

- a) Determinar a anulação de atos administrativos ilegais, sem necessidade de manifestação da Câmara Municipal.
- b) Apreciar as contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara, emitindo parecer prévio informativo no prazo máximo de 120 dias.
- c) Sustar diretamente a execução de contratos administrativos que considerar irregulares, sem necessidade de comunicação à Câmara Municipal.
- d) Realizar auditorias apenas quando solicitado pela Câmara Municipal ou pelo Ministério Público.
- e) Emitir parecer vinculante sobre a aprovação ou rejeição das contas do Prefeito, determinando obrigatoriamente a decisão da Câmara Municipal.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (LEI Nº 4.320/1964 (ARTIGOS 75 A 82) E LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000)*Nick Simonek*

41. Em relação à execução orçamentária, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que

- a) o empenho é dispensado para despesas de pequeno valor e despesas com suprimento de fundos.
- b) a liquidação representa a extinção da obrigação com o credor mediante a transferência de recursos financeiros.
- c) a liquidação de despesas com serviços tem por base o comprovante da efetiva prestação do serviço.
- d) empenho gera obrigação de pagamento para uma entidade pública, em decorrência do cumprimento de obrigação por terceiros.
- e) o empenho é dispensado para despesas decorrentes de créditos adicionais destinados a despesas urgentes e imprevistas.

42. Quanto aos estágios da execução da receita pública, o lançamento é o ato de

- a) previsão na Lei Orçamentária Anual, pendente de constituição do débito do contribuinte e da fixação do exercício ao qual a receita pertencerá.
- b) verificação da procedência do crédito fiscal, constituindo o débito do contribuinte, pendente de fixação do exercício ao qual a receita pertencerá.
- c) previsão na Lei Orçamentária Anual, fixando o exercício ao qual a receita pertencerá, pendente de constituição do débito do contribuinte.
- d) verificação da procedência do crédito fiscal, constituindo o débito do contribuinte e fixando o exercício ao qual a receita pertencerá.
- e) previsão na Lei Orçamentária Anual, constituindo o débito do contribuinte e fixando o exercício ao qual a receita pertencerá.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (CGM-SP: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA, DECRETO MUNICIPAL Nº 62.809/2023. 6. LEI DE CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, LEI MUNICIPAL Nº 16.193/2015)

Emerson Bruno

43. De acordo com o Decreto nº 62.809 de 3 de outubro de 2023, a Controladoria Geral do Município tem por finalidade, exceto:

- a) promover o controle interno dos órgãos municipais e das entidades da Administração Pública Municipal Indireta;
- b) atuar como o órgão central do Sistema de Controle Interno, do Sistema de Corregedorias e do Sistema de Ouvidorias;
- c) dar suporte ao Prefeito no combate à corrupção, na promoção da moralidade, da ética e da transparência no setor público;
- d) atuar na defesa do usuário do serviço público municipal;
- e) Incentivar a centralização dos processos administrativos, sem priorizar o controle social da gestão pública municipal.

44. De acordo com o Decreto nº 62.809 de 3 de outubro de 2023, a Auditoria Geral do Município – AUDI é integrada por, exceto:

- a) Divisão de Auditoria de Recursos Ambientais - DRA;
- b) Divisão de Auditoria de Desenvolvimento de Gestão – DDG;
- c) Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Humano – DHM;
- d) Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Social – DDS;
- e) Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Urbano – DDU;

45. Compete aos Auditores Municipais de Controle Interno, conforme a lei nº 16.193 de 5 de Maio de 2015:

- a) a execução de atividades de controle interno, correição, ouvidoria e promoção da integridade pública, bem como a promoção da gestão pública ética, responsável e transparente, apenas na Administração indireta da Prefeitura do Município de São Paulo;
- b) a execução de auditorias, fiscalizações, diligências e demais ações de controle e de apoio à gestão, nas suas diversas modalidades, relacionadas à aplicação de recursos públicos, bem como à administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade dos atos governamentais, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, sendo defeso apurar atos ou fatos praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos do Município;
- c) a realização de estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social;
- d) a realização de atividades inerentes à garantia da regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Estadual;
- e) a realização de auditorias externas, a promoção de projetos de responsabilidade fiscal e a organização de atividades de treinamento para servidores públicos.

NOÇÕES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO(CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO. TIPOS E FORMAS DE CONTROLE. CONTROLE INTERNO E EXTERNO. CONTROLE PRÉVIO, CONCOMITANTE E POSTERIOR. CONTROLE PARLAMENTAR. CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. CONTROLE JURISDICIONAL. MEIOS DE CONTROLE JURISDICIONAL.

Herbert Almeida

46. Sobre o controle da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) o controle administrativo é exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo.
- b) o controle parlamentar direto é exercido pelos Tribunais de Contas.
- c) o controle judicial pode ser realizado de ofício pelo Poder Judiciário, sempre que houver suspeita de ilegalidade em atos administrativos.
- d) o controle interno é aquele exercido por órgão pertencente à mesma estrutura do ente controlado.
- e) o controle externo se dá exclusivamente por meio do Tribunal de Contas da União.

47. Um parlamentar apresentou requerimento, no Congresso Nacional, informando que um Ministro de Estado editou norma que exorbitou os limites da delegação legislativa, invadindo matéria que somente deveria ser disciplinada em lei em sentido estrito. Nesse caso

- a) o Congresso pode sustar o ato normativo do Ministro, no exercício do controle parlamentar.
- b) o Congresso deve remeter o caso ao Tribunal de Contas da União para análise, pois apenas este pode sustar atos normativos.
- c) o Tribunal de Contas deve intervir diretamente, revogando o ato normativo.
- d) o controle deve ser exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, pois se trata de ilegalidade.

- e) o controle deve ser realizado pelo próprio Ministério, dentro do princípio da autotutela, uma vez que se trata de controle de mérito, que não pode ser objeto de controle externo.

48. Suponha que um servidor da Controladoria-Geral do Município de São Paulo identifique uma grave irregularidade em contratos de licitação. Nessa situação, o servidor

- a) deve levar a irregularidade diretamente ao Prefeito, que possui a competência para julgar e anular atos administrativos.
- b) deve informar imediatamente ao Tribunal de Contas do Município, pois este é o único órgão com competência para sancionar gestores públicos.
- c) deve encaminhar a informação ao setor de controle interno do órgão e, caso necessário, ao Tribunal de Contas, conforme sua obrigação constitucional.
- d) deve ingressar com uma ação popular para contestar a irregularidade.
- e) pode apenas alertar seus superiores hierárquicos, pois não tem obrigação de comunicar outros órgãos.

49. Marcos é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Marcos foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Marcos era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Marcos, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de governo e de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

50. A Prefeitura de São Paulo pretende realizar uma grande obra viária e, para isso, submete o projeto à análise de um órgão técnico responsável por aprovar a viabilidade do empreendimento antes da instauração do processo administrativo para licitação e assinatura do contrato. Paralelamente, um grupo de auditores acompanha a execução dos serviços para garantir que os recursos sejam aplicados corretamente. Após a conclusão da obra, o Tribunal de Contas realiza uma auditoria para verificar possíveis irregularidades. Com base nessa situação, é correto afirmar que:

- a) a análise da viabilidade antes da instauração do processo administrativo configura um exemplo de controle concomitante.
- b) o acompanhamento dos auditores durante a execução dos serviços caracteriza o controle posterior.
- c) a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas após a conclusão da obra é um exemplo de controle prévio.
- d) o controle prévio tem as desvantagens de gerar um volume excessivo de trabalho e de confundir as responsabilidades, mas tem a vantagem de poder impedir prejuízos antes de sua ocorrência.
- e) o controle concomitante é aquele realizado somente pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO*Rodrigo Bet*

51. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o Prefeito, eleito ou reeleito, deve apresentar o Programa de Metas de sua gestão no prazo de:

- a) Trinta dias após a posse, contendo exclusivamente as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico.
- b) Sessenta dias após a posse, contendo as prioridades e as ações estratégicas para os setores da Administração Municipal.
- c) Noventa dias após a posse, contendo as prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas.
- d) Cento e vinte dias após a posse, contendo um planejamento detalhado de execução orçamentária para o mandato.
- e) Trinta dias após a posse, com a possibilidade de revisão integral a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

52. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a organização do sistema municipal de ensino tem como objetivo:

- a) A universalização do ensino fundamental e da educação infantil.
- b) A regulamentação das escolas públicas municipais, sem interferência nas instituições particulares.
- c) A administração do ensino médio e superior, garantindo a ampliação das universidades municipais.
- d) A criação de um sistema de ensino autônomo, independente das diretrizes estaduais e federais.
- e) A supervisão apenas do ensino infantil, cabendo ao Estado a responsabilidade pelo ensino fundamental.

53. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a carga horária mínima a ser oferecida no sistema municipal de ensino é de:

- a) 3 horas diárias em 5 dias da semana.
- b) 4 horas diárias em 5 dias da semana.
- c) 5 horas diárias em 4 dias da semana.
- d) 6 horas diárias em período integral.
- e) 4 horas diárias em 6 dias da semana.

54. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o percentual mínimo da receita resultante de impostos, incluindo transferências, que deve ser aplicado anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva é de:

- a) 25%
- b) 31%
- c) 18%
- d) 21%
- e) 30%

55. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal será exercida:

- a) Pelo Ministério da Saúde, que centraliza todas as decisões referentes ao SUS em nível nacional.
- b) Por um conselho gestor composto exclusivamente por representantes do Poder Executivo municipal.
- c) Pelo órgão municipal competente designado para essa função.
- d) Diretamente pelos hospitais e unidades de saúde municipais.
- e) Pelas instituições privadas credenciadas no SUS.

56. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, em relação às ações e serviços de saúde, é correto afirmar que:

- a) O financiamento do SUS municipal ocorre exclusivamente com recursos do orçamento do Município.
- b) O Poder Público pode cobrar dos usuários pelos serviços prestados no âmbito do SUS, desde que haja regulamentação específica.
- c) A assistência à saúde no Município pode contar com a participação direta e indireta de empresas ou capitais estrangeiros.
- d) As ações e serviços de saúde serão executados preferencialmente de forma direta pelo Poder Público e, supletivamente, por terceiros.
- e) Empresas privadas com fins lucrativos podem receber incentivos fiscais e subvenções do Município para atuar no SUS.

57. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, integram o processo de planejamento municipal os seguintes planos:

- a) Programa de metas, planos setoriais, orçamento municipal e plano estratégico de governo.
- b) Plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Diretor, plano plurianual e planos setoriais, regionais, locais e específicos.
- d) Plano de desenvolvimento econômico, plano plurianual e orçamento anual.
- e) Plano Diretor, plano municipal de infraestrutura e orçamento anual.

58. Com base na Lei Orgânica do Município de São Paulo, analise os itens a seguir sobre instrumentos de planejamento municipal:

- I – Os planos vinculam os atos de órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- II – A lei definirá os procedimentos necessários para que os atos administrativos estejam alinhados aos planos municipais.
- III – O Município deve manter atualizado um sistema municipal de informações abrangendo aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, garantindo sua ampla divulgação e acesso aos munícipes.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - c) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - d) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.
-

59. Com base na Lei Orgânica do Município de São Paulo, analise os itens a seguir sobre as medidas que o Poder Público pode adotar em relação a imóveis urbanos não edificadas, subutilizados ou não utilizados:

- I – O proprietário pode ser obrigado a promover o parcelamento ou a edificação compulsória do imóvel, conforme prazo definido em lei municipal.
- II – Caso o proprietário não cumpra a exigência de aproveitamento do imóvel, poderá ser aplicado imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.
- III – Como última medida, o imóvel poderá ser desapropriado com pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até 20 anos.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

60. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o prazo para que o Executivo envie à Câmara Municipal as planilhas e demais elementos que serviram de base para a fixação das tarifas de transporte público antes de sua entrada em vigor é de:

- a) 2 dias úteis
- b) 3 dias úteis
- c) 5 dias úteis
- d) 7 dias úteis
- e) 10 dias úteis

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

61. Quatro crianças têm 5, 7, 9 e 11 doces cada uma. A respeito da quantidade de doces que cada uma tem, elas afirmaram:

- Armando: Eu tenho 5 doces.
- Breno: Eu tenho 11 doces.
- Caio: Armando tem 9 doces.
- Diego: Eu tenho 9 doces.

Se apenas uma delas mentiu, tendo as outras dito a verdade, então é correto concluir que a soma do número de doces de Armando, Breno e Caio é igual a

- a) 21
- b) 22
- c) 23
- d) 25
- e) 27

62. Para se locomover em um plano, uma partícula só pode realizar deslocamentos de mesmo comprimento nos sentidos norte (N), sul (S), leste (L), oeste (O).

Suponha que, partindo de um ponto X, a partícula tenha se deslocado até um ponto Y realizando a seguinte trajetória: N N L N L L N N O S O N.

Outra trajetória que essa partícula poderia percorrer para se deslocar do ponto X até o ponto Y é:

- a) L L S S N N N N N N O
- b) S L N L S S O O S O S S
- c) N N L N N L N N L S O
- d) N L L N N N N O
- e) L L N N N N N L

63. Um estagiário da CGM SP fez cinco tentativas de login em um computador de um auditor, cuja senha é uma sequência de cinco dígitos, todos iguais a zero ou um. As tentativas realizadas, não necessariamente nessa ordem, foram:

Tentativa A - 00001

Tentativa B – 00100

Tentativa C - 01100

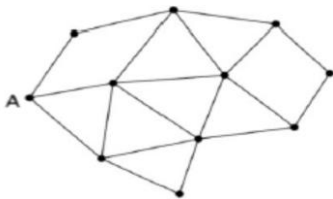
Tentativa D - 10010

Tentativa E - 10011

Em apenas uma das tentativas o estagiário acertou a senha. Nas outras tentativas, ela cometeu exatamente 1, 2, 3 e 4 erros, não necessariamente nessa ordem, trocando o algarismo zero pelo um, ou trocando o um pelo zero. A tentativa em que o estagiário acertou a senha foi:

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

64. Na figura a seguir, cada ponto representa uma cidade do Estado de São Paulo e cada linha representa uma rodovia ligando as duas cidades.



O governador de São Paulo fez uma viagem partindo da cidade A e finalizando na mesma cidade A, passando uma única vez por cada uma das outras cidades representadas.

O número de rodovias pelas quais o governador não passou é:

- a) 4
- b) 5
- c) 6
- d) 7
- e) 8

65. Considere três objetos: uma calculadora, um teclado e uma cafeteira. Esses objetos apresentam as seguintes características:

- I. Um dos objetos é vermelho, outro é azul e outro é preto.
- II. Um dos objetos é novo, outro é usado e outro está com defeito.
- III. O objeto novo não é azul.
- IV. A calculadora não é preta.
- V. O objeto vermelho não está com defeito.
- VI. O teclado não é azul nem é o objeto usado.
- VII. Ou a calculadora é preta, ou o teclado é vermelho, mas não ambos.
- VIII. Ou a cafeteira é azul, ou está com defeito, mas não ambos.

Relacionando as características desses objetos, é correto afirmar que

- a) a calculadora é nova e a cafeteira é preta.
- b) o teclado é vermelho e a calculadora está com defeito.
- c) o teclado não é usado e a calculadora é azul.
- d) a cafeteira está com defeito e o teclado é preto.
- e) a cafeteira não é nova e a calculadora é preta.

66. Para se comunicar secretamente com Enzo, Joãozinho inventou o seguinte método de codificação para palavras de 4 letras:

- Passo 1: substituir cada letra da palavra pelo número correspondente da tabela de conversão a seguir. Escrevendo todos os algarismos juntos, o resultado é um número de 8 algarismos.
- Passo 2: o número obtido no passo anterior é somado com a chave 12345678. O resultado é a palavra codificada.

Tabela de Conversão

| | | | | | |
|---|----|---|----|---|----|
| A | 38 | J | 47 | S | 30 |
| B | 39 | K | 48 | T | 31 |
| C | 40 | L | 49 | U | 32 |
| D | 41 | M | 50 | V | 33 |
| E | 42 | N | 25 | W | 34 |
| F | 43 | O | 26 | X | 35 |
| G | 44 | P | 27 | Y | 36 |
| H | 45 | Q | 28 | Z | 37 |
| I | 46 | R | 29 | | |

Para enviar a palavra BODE codificada para Enzo, Joãozinho realizou o seguinte procedimento:

- Passo 1: a tabela de conversão aplicada à palavra BODE fornece o número 39264142.
- Passo 2: ao somar o número anterior com a chave 12345678, Joãozinho obteve a palavra BODE codificada: [51609820].

Suponha que, seguindo o método de codificação proposto, Enzo enviou para Joãozinho a palavra codificada [62610616]. Essa palavra é:

- a) MOLA
- b) MICO
- c) LATA
- d) LIXO
- e) NABO

67. Considere a sequência de infinitos termos a seguir, que segue uma lei de formação:

4; 6; **2**; 8; 9; **3**; 10; 12; **5**; 14; 15; **7**; 16; 18; **11**; 20; 21; **13**; 22; 24; **17**; ...

Sabe-se que cada número da sequência pode pertencer a apenas uma de duas categorias de números, e os números destacados em **negrito** e sublinhados são números de uma mesma categoria. O primeiro número, em **negrito**, maior que todos os anteriores da sequência até a sua posição é:

- a) 33
- b) 37
- c) 39
- d) 41
- e) 43

68. Arnaldo, Auditor da CGM SP recém-empossado, deseja comprar um imóvel em São Paulo. A seguir, são apresentadas as informações fornecidas por um corretor relativas a quatro imóveis:

- Imóvel 1: é um imóvel do tipo Flat;
- Imóvel 2: é um imóvel do tipo Casa;
- Imóvel 3: está situado no bairro Cidade Monções;
- Imóvel 4: está situado no bairro Itaim Bibi;

Para a compra do imóvel, Berlinda, esposa de Arnaldo, impôs a condição de que se o imóvel não está no Itaim Bibi, então o imóvel precisa ser do tipo casa. Para certificar-se que os imóveis satisfazem essa condição, é necessário que Arnaldo verifique apenas:

- a) Os bairros dos imóveis 1 e 2.
- b) O tipo do imóvel 4 e o bairro do imóvel 1.
- c) O tipo do imóvel 3 e o bairro do imóvel 1.
- d) O tipo do imóvel 3 e o bairro do imóvel 2.
- e) Os tipos dos imóveis 3 e 4.

69. Considere a seguinte proposição: “Pedro estudar implica ele ir bem na prova”. Essa proposição é logicamente equivalente a:

- a) “Pedro não estuda ou vai bem na prova”.
- b) “Pedro estuda ou não vai bem na prova”.
- c) “Pedro estuda e não vai bem na prova”.
- d) “Se Pedro não estudar, então ele não vai bem na prova”.
- e) “Se Pedro for bem na prova, então ele estuda”.

70. Considere as seguintes afirmativas a respeito de um gato chamado Miau:

- Se Miau não é A então é B.
- Se Miau é A então não é C.

É correto concluir que

- a) se Miau é C então não é B.
- b) se Miau é B então é C.
- c) se Miau não é C então é B.
- d) se Miau não é B então é C.
- e) se Miau é C então é B.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

71. Na empresa NOSFERATU, uma das atribuições da supervisora de vendas é o oferecimento do produto Stradivarius aos seus clientes. A probabilidade de a supervisora efetuar a venda do produto Stradivarius em cada reunião com um cliente é 0,40. Em 20% dos dias de trabalho, essa supervisora não se reúne com nenhum cliente; em 30% dos dias de trabalho, ela se reúne com apenas 1 cliente; e em 50% dos dias de trabalho, ela se reúne, separadamente, com exatos 2 clientes.

Em um determinado dia de trabalho, a probabilidade de essa supervisora efetuar pelo menos uma venda presencial do produto Stradivarius é

- a) 36%
- b) 44%
- c) 25%
- d) 56%
- e) 64%

72. Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Se a variância amostral não viciada vale 40, qual é o valor da razão da Progressão Aritmética?

- a) 3
- b) $5\sqrt{2}$
- c) 4
- d) $2\sqrt{5}$
- e) 1

73. Em uma espaço amostral S , A e B são eventos aleatórios tais que $A \subset S$, $B \subset S$, $P(B|A) = 2 P(A|B)$ e $2 P(A \cup B) = 5 P(A)$. Pode-se afirmar que $P(B|A)$ é igual a:

- a) 0,3
- b) 0,4
- c) 0,5
- d) 0,6
- e) 0,7

74. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)². Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

| z | 0,25 | 0,52 | 0,84 | 1,28 |
|----------------------|------|------|------|------|
| $P(0 \leq Z \leq z)$ | 0,10 | 0,20 | 0,30 | 0,40 |

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

75. A vendedora de carros Cecília decide testar uma hipótese a respeito de vendas mensais. Ela acredita que o número máximo de vendas mensais seja igual a 10. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,002 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,002 e rejeitar H_0
- c) 0,576 e rejeitar H_0
- d) 0,105 e rejeitar H_0 .
- e) 0,105 e aceitar H_0

76. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$
- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

Cecília, ao realizar um estudo sobre duas variáveis X e Y , chegou a seguinte tabela de distribuição conjunta para duas variáveis (X e Y).

Responda às questões 77 E 78.

| | $X=0$ | $X=1$ | $P(y)$ |
|--------|-------|-------|--------|
| $Y=0$ | 0,4 | 0,2 | 0,6 |
| $Y=1$ | 0,3 | 0,1 | 0,4 |
| $P(x)$ | 0,7 | 0,3 | 1 |

77. Cecília está tentando descobrir os valores esperados das variáveis X e Y . Quais são os valores, respectivamente?

- a) 0,1 e 0,2
- b) 0,3 e 0,4
- c) 0,4 e 0,6
- d) 01, e 03,
- e) 0,5 e 0,2

78. Cecília fez o cálculo da covariância entre X e Y . Qual o valor encontrado por Corujinha?

- a) -0,03
- b) -0,01
- c) -0,02
- d) 0,01
- e) 0,02

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e investimento em pesquisa de 2011 a 2020 foram, em milhões de reais, iguais a 360 e 60, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 3.

79. O valor de α , em milhões de reais, é igual a:

- a) 16
- b) 18
- c) 20
- d) 24
- e) 30

80. A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em pesquisa, nesse ano, 4 milhões de reais, é igual a:

- a) 30 milhões
- b) 32 milhões
- c) 35 milhões
- d) 36 milhões
- e) 39 milhões

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

81. Sobre a organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias desempenham suas funções administrativas de maneira desconcentrada.
- b) A administração pública indireta exerce suas funções administrativas de forma concentrada.
- c) A Presidência da República, por meio de seus ministérios, desempenha funções administrativas de maneira descentralizada.
- d) A administração pública direta realiza a função administrativa de modo desconcentrado.
- e) Na descentralização, a distribuição de competências ocorre internamente entre os órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

82. No que se refere às empresas públicas e às sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta.

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista detêm natureza pública e podem ser constituídas a partir de qualquer modelo societário previsto no Código Civil.
- b) As sociedades de economia mista possuem natureza privada e podem ser constituídas apenas sob a forma de sociedade anônima.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm natureza pública e podem ser constituídas apenas sob a forma de sociedade anônima.
- d) As sociedades de economia mista possuem natureza privada e podem ser constituídas somente sob a forma de sociedade limitada.
- e) As empresas públicas possuem natureza pública e podem ser constituídas somente sob a forma de sociedade limitada.

83. Em relação aos poderes e deveres da administração pública, indique a alternativa correta:

- a) A delegação do poder de polícia não pode ser realizada a pessoas jurídicas de direito privado que integrem a administração pública indireta.
- b) O poder hierárquico consiste na prerrogativa conferida aos chefes do Poder Executivo para emitir decretos e regulamentos.
- c) No caso do poder vinculado, o administrador público não dispõe de margem decisória, devendo praticar o ato conforme previsto em lei.
- d) Um agente público hierarquicamente superior pode optar por aplicar ou não uma sanção disciplinar, mesmo havendo comprovação da infração pelo servidor.
- e) O município tem a possibilidade de estabelecer o horário bancário que melhor lhe convier, em virtude de seu poder regulamentar.

84. A prerrogativa da administração pública de investigar e sancionar agentes públicos por infração funcional deriva do poder:

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) normativo.
- e) vinculado.

85. No desempenho da autotutela (controle administrativo), é correto afirmar que a manifestação de vontade da Administração, que extingue um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade para melhor atender ao interesse público, é designada de:

- a) vinculação.
- b) anulação.
- c) revogação.
- d) sublimação.
- e) caducidade.

86. A sociedade W solicitou a edição de ato discricionário junto à Administração Pública Municipal, cabendo ao órgão competente avaliar a conveniência e oportunidade para o deferimento do pedido, no âmbito do mérito administrativo.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que os elementos do ato administrativo que compõem o respectivo mérito são:

- a) competência e finalidade.
 - b) motivo e objeto.
 - c) forma e objeto.
 - d) competência e motivo.
 - e) finalidade e forma.
-

87. Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, a contratação de bens e serviços especiais será realizada por meio da modalidade de licitação denominada:

- a) diálogo competitivo.
- b) tomada de preços.
- c) concorrência.
- d) pregão.
- e) concurso.

88. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A realização de licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia é obrigatória, sem exceção.
- b) A modalidade de licitação concorrência destina-se à contratação de bens e serviços comuns, independentemente de seu valor.
- c) A habilitação dos licitantes deve ocorrer sempre antes da etapa de julgamento das propostas.
- d) A contratação direta poderá ocorrer quando a competição for inviável ou quando não houver interessados, desde que os requisitos legais sejam atendidos.
- e) É proibida a criação de modalidades de licitação que não estejam previstas em lei, admitindo-se, em casos excepcionais, a combinação das modalidades concorrência e concurso.

89. De acordo com a Lei Federal nº 8.987/95, toda concessão de serviço público, com ou sem a execução de obra pública, deverá ser precedida de licitação, conforme a legislação específica. No julgamento dessa licitação, serão considerados os seguintes critérios:

- a) Independentemente do que for estabelecido previamente no edital, o critério do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, combinado com a maior oferta, nos casos em que haja pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.
 - b) A melhor proposta, fundamentada na combinação entre o critério do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado e o critério da melhor técnica. O edital de licitação deverá conter os parâmetros e exigências para a formulação de propostas técnicas.
 - c) Independentemente do que for definido previamente no edital, o critério do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, aliado à melhor oferta de pagamento pela outorga, após a qualificação das propostas técnicas.
 - d) Independentemente do que for estabelecido no edital, o critério da maior oferta, nos casos em que haja pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão, combinado com a melhor oferta de pagamento pela outorga após a qualificação das propostas técnicas.
 - e) A melhor proposta, fundamentada na combinação entre o critério da menor oferta para a outorga da concessão e o critério da melhor técnica. O edital de licitação deverá estabelecer os parâmetros e exigências para a formulação de propostas técnicas.
-

90. A intervenção que o poder concedente pode exercer sobre a concessão, com a finalidade de assegurar a adequação na prestação do serviço, após sua declaração e o início do procedimento administrativo, não poderá exceder o prazo de:

- a) 40 (quarenta) dias.
- b) 120 (cento e vinte) dias.
- c) 90 (noventa) dias.
- d) 60 (sessenta) dias.
- e) 180 (cento e oitenta) dias.

91. Um servidor da Secretaria do Desenvolvimento registrou informações falsas sobre um cidadão, seu desafeto, no cadastro de contribuintes do Estado, resultando na inclusão desse cidadão no cadastro de inadimplentes.

Em razão dessa situação, o cidadão, que atua como pequeno empresário, sofreu diversos prejuízos morais e patrimoniais, principalmente devido às restrições de crédito.

A responsabilidade do Estado pelos danos suportados pelo cidadão é:

- a) Subjetiva, estando, portanto, condicionada à prévia responsabilização do agente público por meio de processo disciplinar ou administrativo.
- b) Objetiva, exigindo, para a obrigação de indenizar o cidadão, a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do servidor e os danos sofridos.
- c) Inexistente, caso seja comprovada a culpa exclusiva do agente público, que responderá civilmente perante o cidadão prejudicado e administrativamente por falta disciplinar.
- d) Condicionada à comprovação de dolo do servidor, sendo que, caso essa circunstância esteja presente, o Estado será obrigado a indenizar os danos patrimoniais e morais sofridos pelo cidadão.
- e) Resultante da prestação do serviço público, não sendo aplicável à situação descrita devido à conduta dolosa do agente público.

92. Após uma enchente provocada por chuvas, que resultou em danos aos moradores locais, verificou-se que os serviços prestados pela Administração municipal foram ineficientes. Além disso, constatou-se que os bueiros de escoamento das águas estavam obstruídos e sujos, principalmente devido ao acúmulo de lixo.

Nesse contexto, a Administração:

- a) Não será responsável, pois o evento não decorreu da conduta de seus agentes.
- b) Deverá indenizar os moradores em razão da responsabilidade objetiva.
- c) Responderá pelos danos causados com base na responsabilidade subjetiva.
- d) Não será responsabilizada devido à culpa exclusiva dos moradores por possível depósito de lixo no local.
- e) Responderá pelos danos causados em razão da culpa objetiva concorrente.

93. Considerando que os tribunais de contas possuem competência para aplicar sanções, estabelecer prazos para que o poder público adote as medidas necessárias ao cumprimento da lei, sustar a execução de atos administrativos e analisar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, assinale a alternativa correta com base no entendimento majoritário do STF sobre a observância do direito ao contraditório e à ampla defesa no exercício desse controle externo.

- a) O contraditório e a ampla defesa são garantidos nos casos em que a decisão puder resultar na anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuando-se a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- b) O contraditório e a ampla defesa são assegurados quando a decisão puder levar à anulação ou revogação de ato administrativo, incluindo os casos de apreciação da legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- c) O direito ao contraditório e à ampla defesa não é obrigatório na análise da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, nem na anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, mas será indispensável quando a decisão puder resultar em sanção ao interessado.
- d) Com exceção da análise da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, o direito ao contraditório e à ampla defesa é garantido apenas quando a decisão puder resultar em sanção ao interessado, não se aplicando nos casos de mera anulação ou revogação de ato administrativo, ainda que tal medida beneficie o administrado.
- e) Nos casos de análise da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, o contraditório e a ampla defesa são assegurados, sendo facultativos nos casos de

simples anulação ou revogação de ato administrativo concessório de benefício.

94. Um determinado Estado desapropriou um terreno próximo a uma área de manancial para a construção de um complexo penitenciário e, devido à alegada urgência na conclusão da obra, motivada pela necessidade de cumprimento de ordem judicial para desocupação de cadeias públicas, iniciou as obras antes da obtenção da licença ambiental exigida.

A atuação da Administração Pública nessa situação está sujeita a controle:

- a) Administrativo, exclusivamente, pelos órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental, que possuem competência para determinar a paralisação da obra e a reparação do dano.
- b) Administrativo e judicial, sendo que o controle judicial pode ser exercido exclusivamente pelo Ministério Público, por meio de inquérito civil ou ação civil pública, podendo o Estado firmar Termo de Ajustamento de Conduta.
- c) Judicial, por meio de ação civil pública, caso seja configurada improbidade administrativa, ou, na hipótese de lesividade do ato, mediante ação popular ou mandado de segurança.
- d) Administrativo, por meio de mandado de segurança, quando caracterizada ilegalidade ou abuso de poder, e judicial, por meio de ação civil pública, caso se verifique lesividade a interesse difuso ou coletivo.
- e) Judicial, por meio de ação popular, proposta por qualquer cidadão quando constatada ilegalidade e lesividade do ato, ou por meio de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público ou outros legitimados pela legislação.

95. No que diz respeito às sanções aplicáveis em razão da caracterização de ato de improbidade, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação de ressarcir integralmente o prejuízo causado ao erário absorve a possibilidade de aplicação de outras sanções ou penalidades, salvo a apuração de infração disciplinar para os agentes públicos.
- b) A perda da função pública somente pode ser imposta, de forma cumulativa com outras penalidades, aos agentes públicos que tenham cometido ato de improbidade que resulte em enriquecimento ilícito, na modalidade dolosa.
- c) A imposição da perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio não impede a aplicação de multa, que também pode ser determinada nos casos em que não haja dano ao erário ou enriquecimento ilícito.
- d) A aplicação de multa deve estar vinculada ao prejuízo ao erário identificado ou ao acréscimo patrimonial indevido, não sendo cabível nos atos de improbidade que violem os princípios da Administração Pública.
- e) A sanção de ressarcimento ao erário pode ser imposta tanto à pessoa jurídica responsável pelo ato de improbidade quanto aos seus representantes legais, sendo a multa restrita às pessoas jurídicas.

96. O servidor público responsável pelo contrato de aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para um órgão público identificou que um dos equipamentos não era necessário para atender à climatização de uma das salas especificadas no projeto.

Durante a execução, verificou-se que, embora inicialmente estivessem previstos dois aparelhos para uma das salas, a instalação de apenas um foi suficiente para atender à demanda. Após receber o equipamento excedente, o servidor decidiu levá-lo

para sua residência e, por conta própria, providenciou sua instalação no imóvel.

Posteriormente, a ausência do aparelho foi constatada, levando à identificação da conduta do servidor, que:

- a) Praticou ato de improbidade administrativa caracterizado por enriquecimento ilícito, na modalidade dolosa, o que absorve a infração disciplinar por ser de menor gravidade.
- b) Pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, desde que fique comprovado dolo específico, sem prejuízo da responsabilização disciplinar.
- c) Depende de apuração da responsabilidade disciplinar e, caso seja aplicada penalidade, poderá ser submetido à apuração por ato de improbidade.
- d) Deve ser responsabilizado disciplinarmente, mas não cabe demandado na esfera civil, vez que, ao providenciar a instalação do aparelho às suas expensas, afastou o prejuízo ao erário.
- e) Não praticou conduta enquadrável como ato de improbidade, considerando a ausência de prejuízo ao erário.

97. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018, a compatibilidade do tratamento dos dados pessoais às finalidades informadas ao titular, considerando o contexto do tratamento, corresponde ao princípio da:

- a) adequação.
- b) finalidade.
- c) qualidade dos dados.
- d) transparência.
- e) segurança.

98. Conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), as atividades de tratamento de dados pessoais devem ser conduzidas com observância à boa-fé e ao princípio:

- a) Do dado pessoal, que define a informação como relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b) Do banco de dados, entendido como um conjunto estruturado de dados pessoais armazenado em um ou mais locais, em meio eletrônico ou físico.
- c) Da anonimização, que consiste no uso de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento para tornar um dado incapaz de ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.
- d) Da prevenção, que exige a adoção de medidas para evitar a ocorrência de danos decorrentes do tratamento de dados pessoais.
- e) Da eliminação, referindo-se à exclusão de um dado ou de um conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do método utilizado.

99. Após um evento climático adverso atingir severamente o Estado Y, doações provenientes de diversas regiões do Brasil foram encaminhadas ao ente federativo por meio de diferentes estradas. Além disso, foi constatado um aumento significativo na demanda dos hospitais públicos da rede estadual.

Nesse contexto, considerando a classificação dos bens públicos com base no critério da afetação pública, é correto afirmar que:

- a) As estradas são bens públicos de uso comum do povo, enquanto os hospitais públicos são bens públicos de uso especial.
- b) As estradas são bens públicos de uso especial, enquanto os hospitais públicos são bens públicos de uso comum do povo.
- c) Tanto as estradas quanto os hospitais públicos são bens públicos de uso comum do povo.
- d) Tanto as estradas quanto os hospitais públicos são bens públicos de uso especial.

e) As estradas e os hospitais públicos são classificados como bens públicos dominicais.

100. Uma organização social celebrou um contrato de gestão para a prestação de serviços de saúde em uma determinada unidade hospitalar. Além da gestão das atividades, faz-se necessário transferir à organização social o imóvel onde o hospital está localizado, o que pode ocorrer por meio da outorga de:

- a) Permissão de uso, ato que poderá vigorar por prazo indeterminado, mas que será cessado simultaneamente à extinção do contrato de gestão, salvo se encerrado anteriormente.
- b) Concessão de direito real de uso, ato unilateral para o qual não há exigência de licitação, considerando a inviabilidade de competição em razão da prévia existência do contrato de gestão.
- c) Concessão de uso, ato que transfere a posse das instalações hospitalares por prazo indeterminado, enquanto estiver vigente o contrato de gestão.
- d) Permissão de uso, contrato que confere posse à organização social, dispensando a necessidade de autorização legislativa em virtude da vigência do contrato de gestão.
- e) Concessão de uso com dispensa de licitação, uma vez que os atos e contratos que autorizam o uso privativo de bens públicos não requerem procedimento licitatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

101. Nos termos do Art. 5º, VIII, da Constituição da República de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio programático;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) limitada e princípio institutivo;
- e) contida e aplicabilidade imediata.

102. Considerando as disposições da CF, assinale a opção que trata de norma constitucional de eficácia contida.

- a) A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- b) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- d) Lei complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios fixados na CF;
- e) Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

103. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual dos seguintes princípios NÃO está entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil?

- a) Soberania.
- b) Dignidade da pessoa humana.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Pluralismo político.
- e) Solidariedade internacional.

104. Em relação às normas constitucionais relativas ao SUS, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema único de saúde será financiado integralmente com recursos do orçamento da seguridade social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) O SUS garantirá atendimento integral, com prioridade para as atividades assistenciais, sem prejuízo dos serviços preventivos.
- c) O SUS deverá indicar às entidades responsáveis as ações de vigilância sanitária e epidemiológica que julgue necessárias, não sendo, contudo, sua recomendação vinculante.
- d) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades que disponham de maior estrutura físico-profissional.
- e) Compete ao SUS colaborar na proteção do meio ambiente.

105. Lei do Município de Petrópolis-RJ dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Rio de Janeiro pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador do Rio de Janeiro não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

106. Nos termos do Art. 18 da Constituição Federal, “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Acerca da organização do Estado, está correto afirmar, EXCETO:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- b) É vedado aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- c) A União é uma Pessoa Jurídica de Direito Público Interno.

d) É vedado aos Estados subvencionar cultos religiosos ou igrejas.

e) No âmbito externo a República Federativa do Brasil representa a União.

107. O artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece uma série de direitos e garantias fundamentais. Contudo, não se trata de rol taxativo, existindo direitos fundamentais em todo o corpo do texto constitucional. Dentre os direitos mencionados abaixo, qual deles NÃO consta no artigo 5º da CF?

- a) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) Direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) Direito à proteção às expressões culturais indígenas e afro-brasileiras.
- d) Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) Direito à gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

108. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Federal.
- e) General do Exército.

109. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

110. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.
- c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.
- d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.
- e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

111. O modelo federativo de Estado tem por característica a autonomia dos entes federativos. Para garantir essa autonomia, a Constituição Federal atribuiu competências legislativas e administrativas aos entes federados. Considerando a repartição de competências legislativas, assinale a alternativa correta:

- a) Informática é competência legislativa privativa da União.
 - b) Cada estado federado poderá, nos termos da Constituição Federal, legislar sobre desapropriação.
 - c) Compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - d) Lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de competência privativa da União.
 - e) A legislação sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia é exclusiva da União.
-

112. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

113. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- b) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- c) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.

114. Hans, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre Hans, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.
- b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.
- c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.
- d) Os pais de Hans, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.
- e) Hans não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

115. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, aponte a alternativa correta.

- a) A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e nem o registro no órgão competente, uma vez que o direito é decorrente de liberdade.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.
- d) Uma das características dos direitos e garantias fundamentais é a ilimitabilidade.
- e) Os direitos e garantias fundamentais enumerados na Constituição Federal são assegurados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.

116. De acordo com a Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
- b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade anos de idade, na forma da lei complementar.
- c) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
- d) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade anos de idade, na forma da lei complementar.
- e) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

117. A respeito do Poder Constituinte, conforme posicionamento doutrinário dominante, indique a assertiva correta.

- a) O Poder Constituinte Originário é limitado pelas normas constitucionais pré-existentes.
- b) O Poder Constituinte Derivado é ilimitado, podendo alterar qualquer cláusula da Constituição sem restrições.
- c) O Poder Constituinte Originário é absoluto, não sendo submetido a qualquer limitação jurídica ou política.
- d) O Poder Constituinte Derivado é obrigatoriamente conferido ao Poder Legislativo e permite apenas emendas de revisão na Constituição.
- e) O Poder Constituinte Originário é temporário, sendo extinto após a promulgação da nova Constituição.

118. O estado W editou lei que prevê a apreensão de motocicletas, por autoridade de trânsito, em razão de inadimplemento do IPVA. Tal lei foi contestada junto ao STF.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo:

- a) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista o interesse local que norteou a edição da lei.
- b) A lei deve ser declarada constitucional, uma vez que tal a competência para legislar sobre IPVA é dos estados.
- c) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- d) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista a possibilidade aberta pelo CTB para o agravamento de sanções pelos estados e municípios.
- e) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte.

119. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

120. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Estado, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.

c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.

d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.

e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

121. A Constituição da República de 1988 promoveu ampliação no rol de direitos e garantias individuais e sociais, não obstante, do ponto de vista administrativo, a doutrina especializada apontar a ocorrência de retrocessos, tornando a administração pública mais burocrática. Das alternativas abaixo, qual apresenta o exemplo de retrocesso burocrático trazido pela CF/1988.

- a) a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para comandar as reformas administrativas e implementar as políticas de governo.
- b) a extensão às entidades da administração indireta de procedimentos e mecanismos de controle aplicáveis à administração direta.
- c) o apoio ao clientelismo e ao fisiologismo como política de Estado.
- d) o incentivo à descentralização político-administrativa.
- e) a institucionalização de mecanismos de democracia direta, favorecendo o controle social e a *accountability*;

122. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE teve como um dos objetivos específicos para o setor de Serviços Não-exclusivos

- a) transferir para o setor público não estatal os serviços não exclusivos, por meio de um programa de publicização, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais.
- b) aumentar a efetividade estratégica, de forma que os objetivos democraticamente acordados sejam efetivamente alcançados.
- c) transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas por um contrato de gestão.
- d) fortalecer a adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas.
- e) transferir para o mercado as atividades de bens e serviços, mantendo no bojo do Estado somente as atividades estratégicas.

123. O controle na administração pública pode ser exercido de forma institucional ou social. Acerca das diferentes formas de controle, avalie as seguintes alternativas.

- I. O controle social pode ser viabilizado por meio dos conselhos de gestão, que ao estabelecer normas e regras para determinada política pública exerce sua função mobilizadora.
- II. As audiências públicas são instrumentos de controle institucional direto, previsto na CF/88.
- III. O controle social indireto pode ser viabilizado por meio das ouvidorias.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

124. A gestão por resultados, implantada a partir de 1995, no âmbito do modelo gerencial, apresenta algumas características específicas. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os resultados dependem da eficiência das etapas realizadas, por isso o foco nos procedimentos é essencial.
- II. A liderança participativa atribui a todos a responsabilidade por atingir os resultados.
- III. Na gestão por resultados, os diferentes setores trabalham com autonomia e flexibilidade, definindo seus procedimentos, sem a necessidade de coordenação global.

Está correto o que se afirma em

- a) II, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, somente

125. A respeito do processo de modernização da Administração Pública, considere:

- I. A reforma administrativa iniciada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) instituiu o Estado moderno no Brasil, com vistas ao combate ao patrimonialismo e à burocracia estatal.
- II. Segundo Max Weber, a organização burocrática viabiliza uma forma de dominação racional, que possibilita o exercício da autoridade e a obediência com precisão, continuidade e disciplina.
- III. O projeto de desenvolvimento nacional não foi implementado no Brasil em virtude das ações da administração burocrática desse país.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I, II e III.

126. O empreendedorismo governamental foi muito difundido na década de 1990, principalmente pelas ideias de Osborne e Gaebler, apresentando 10 princípios, entre os quais, pode-se citar.

- a) Realização de todas as demandas sociais, de maneira ampla, com iniciativa do governo.
- b) Atendimento das necessidades burocráticas do Estado, visando afastar as disfunções e cumprir as regras e regulamentos.
- c) Pretensão de controlar a economia, criar empresas e concentrar-se no fazer em ampla escala, visando atender as necessidades do cidadão.
- d) Transferência de determinadas ações de governo à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão ao invés de servi-lo, visando atendê-lo como a um cliente.
- e) Voltar-se para estabelecer um planejamento estratégico, de base competitiva e empresarial, na forma de atuação do Estado.

127. A accountability é um termo incorporado ao conceito de governança, transparência e responsabilização, considerando-se dimensões tecnicistas e não tecnicistas que impactam a forma como a gestão é vista e analisada. Assinale a opção que melhor define o termo accountability

- a) a forma que permite a mobilização de meios necessários para o enfrentamento de problemas críticos da sociedade.
- b) as condições materiais e sistêmicas necessárias para que um governo consiga exercer suas funções precípuas com legitimidade.
- c) as condições técnicas, financeiras e gerenciais para formular e implementar políticas públicas.
- d) a capacidade de estabelecer incentivos financeiros aos gestores públicos.
- e) a capacidade de mobilização social e controle participativo, que envolve a divisão de poder.

128. A Governança Pública compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. O princípio da governança no setor público que diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados diz respeito à

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Transparência.
- d) Confiabilidade.
- e) Accountability.

129. No desenvolvimento de um projeto de contenção das águas de um rio que sempre inunda quando ocorrem chuvas fortes, uma equipe técnica da Prefeitura de São Paulo realizou estudos acerca das possíveis causas do problema e promoveu a priorização de algumas ações imediatas, para tentar mitigar a possibilidade de ocorrência de novas inundações. Neste caso, os instrumentos utilizados pela equipe técnica para tais estudos foram, respectivamente.

- a) SWOT e diagrama de Pareto
- b) Análise SIPOC e matriz SWOT
- c) Matriz GUT e Brainstorming
- d) Método Delphi e análise SIPOC
- e) Diagrama de Ishikawa e Diagrama de Pareto

130. Com vistas a promover a gestão de riscos, a prefeitura de São Paulo iniciou a realização de oficinas de trabalho de natureza multidisciplinar. Numa das etapas, através da técnica bow-tie, realizou-se o registro de todas as informações, com vistas a visualização das causas e consequências, das medidas preventivas e atenuantes, para lidar com as possibilidades do risco. Nesse caso, a etapa do processo de gestão de risco na qual se utiliza a técnica bow-tie é denominada

- a) Estabelecimento do contexto;
- b) Identificação de risco;
- c) Análise dos riscos;
- d) Avaliação dos riscos;
- e) Tratamento dos riscos.

131. O Instituto dos Auditores Internos com o objetivo de estabelecer papéis e responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização apresentou o modelo de três linhas de defesa para ajudar no gerenciamento de riscos e controles organizacionais. A 2ª linha de defesa, no referido modelo, pode ser representada pela (o)

- a) auditoria interna
- b) gestores de nível operacional
- c) compliance
- d) auditoria externa
- e) comitê de auditoria

132. O planejamento estratégico é um processo que determina os objetivos estratégicos a serem alcançados no longo prazo, hierarquizando-os numa relação de causa e efeito a partir das perspectivas:

- a) da eficiência, eficácia, efetividade.
- b) de produção, recursos humanos, marketing e tecnologia.
- c) da definição da missão, visão e valores.
- d) financeira, cliente, processo interno e aprendizado e crescimento.
- e) estratégica, tática e gerencial.

133. Modernamente, a gestão de projetos passou a ser considerada um tema estratégico, tendo em vista a necessidade de mudança no cenário organizacional. Acerca da gestão de projetos avalie as seguintes alternativas.

- I. Os métodos preditivos são caracterizados pela flexibilidade contínua para adaptar o escopo durante a execução do projeto.
- II. A Estrutura Analítica do Projeto (EAP) consiste na decomposição hierárquica do escopo completo do trabalho que a equipe do projeto deve realizar.
- III. O método ágil permite iniciar a execução do projeto sem um escopo claramente definido.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

134. Acerca das técnicas de gerenciamento de projetos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A técnica PERT é utilizada para calcular a duração das atividades de um projeto, baseando-se em 3 estimativas distintas, adotando uma análise probabilística.
- II. A técnica CPM é utilizada para demonstrar o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- III. O diagrama de Gantt representa, por meio de barras horizontais, o cronograma de atividades de um projeto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

135. O ciclo PDCA, ferramenta de melhoria contínua, proporciona eficácia organizacional, garantindo a satisfação do cliente a partir realização de determinadas etapas. Aponte a alternativa correta

- a) Plan – redefinir a estratégia de determinado projeto.
- b) Do – documentar e registrar ações.
- c) Check – acompanhar as ações.
- d) Act – implementar as ações
- e) Plan – treinar a correta execução dos planos.

136. Os indicadores são medidas quantitativas ou qualitativas que fornecem informações acerca do desempenho de uma organização, processo, projeto em relação a objetivos e metas. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) Economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (inputs).

b) Efetividade corresponde aos resultados (outputs) com o consequente alcance das metas.

c) O Balanced Scorecard pode ser definido como um sistema de gestão, que surgiu porque as ferramentas disponíveis somente apresentavam um conjunto de indicadores não financeiros

d) Os KPIs – Indicadores Chaves de Performance, contemplam um conjunto de objetivos qualitativos desdobrados em metas quantitativas, mensuradas de 0 a 100%.

e) Os OKRs – Objetivos e Resultados Chaves, compreendem os indicadores de desempenho focados nos processos de trabalho.

137. A qualidade é uma métrica fundamental para a administração, que leva em conta fatores como desempenho, confiabilidade, durabilidade, conformidade, atendimento e tem como objetivo

a) proporcionar treinamento técnico para que os colaboradores possam ser ágeis.

b) utilizar o downsizing como técnica voltada para o controle das operações e a transferência de algumas atividades para terceiros.

c) utilizar o empowerment para a tomada de decisão que deve ser submetida à aprovação consensual de todos os participantes da equipe.

d) atribuir a gestão da qualidade aos gestores da alta cúpula, que precisam participar e ter responsabilidades no alcance dos resultados.

e) adotar a qualidade nos diversos níveis organizacionais, incluindo, não só a organização, mas também os fornecedores e clientes.

138. Acerca da gestão da qualidade, no tocante a evolução do modelo marcado por “eras”, aponte a alternativa correta.

- a) a 1ª era da qualidade tinha foco no controle estatístico, voltado a análise de cada produto de acordo com as especificações.
- b) a 2ª era da qualidade tinha foco na inspeção, para garantir que o produto final atendesse às especificações.
- c) a 3ª era da qualidade tinha como objetivo a melhoria contínua, voltada para a qualidade total.
- d) a 4ª era da qualidade, tinha como objetivo aplicar a qualidade em todas as áreas de forma sistêmica, visando a excelência em todas as etapas.
- e) a 5ª era da qualidade, tinha como foco a satisfação do cliente, voltando-se para a garantia da qualidade, visando a identificação de erros e desperdícios e a busca da excelência em todas as áreas.

139. A gestão por processos é uma abordagem que promove iniciativas com vistas a melhorar o trabalho realizado e aumentar a eficiência e eficácia. Os processos que promovem a entrega de valor diretamente ao cliente, fundamentais para a realização do negócio e relacionados às atividades principais, que resultam num produto ou serviço, são denominados processos

- a) estratégico
- b) tático
- c) operacional
- d) de suporte
- e) de gestão

140. Entre os vários modelos e fases do ciclo de vida da gestão de processos de negócio, avalie as alternativas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O desenho dos processos de negócio envolve a modelagem TO-BE.
- () A análise dos processos de negócio envolve a modelagem AS-IS.
- () A fase do ciclo de gestão denominada refinamento ocorre antes da implementação.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

141. No âmbito da administração pública, as técnicas orçamentárias são métodos utilizados para estruturar e organizar a previsão de receitas e a fixação de despesas, conferindo maior transparência e eficiência à alocação dos recursos públicos. Ao longo do tempo, diferentes modelos de orçamento foram desenvolvidos, cada um com características específicas que influenciam a forma como o planejamento e a execução orçamentária são conduzidos pelos entes federativos. Diante desse contexto, analise as alternativas a seguir e assinale aquela que corretamente descreve uma técnica orçamentária adotada na administração pública:

- a) O orçamento tradicional tem como principal característica o planejamento, com foco na efetividade das políticas públicas.
- b) O orçamento base-zero parte da premissa de que todas as despesas devem ser justificadas a cada novo período orçamentário, inexistindo direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.
- c) O orçamento de desempenho preocupa-se exclusivamente com a arrecadação de receitas e com o equilíbrio fiscal, sem se atentar para o resultado organizacional.
- d) O orçamento-programa é marcado pela excessiva preocupação com o atendimento das necessidades financeiras das unidades organizacionais.
- e) O orçamento público brasileiro segue exclusivamente o modelo de orçamento tradicional, pois é o mais adequado para garantir a transparência e o controle dos gastos.

142. A Constituição Federal de 1988 estabelece um sistema integrado de planejamento e orçamento público, composto por três principais instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada um desses instrumentos possui características próprias e funções distintas dentro do ciclo orçamentário, que compreende as etapas de elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento público.

Tendo em vista a importância dos instrumentos de planejamento orçamentário e o funcionamento do ciclo orçamentário na administração pública, assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece metas e prioridades para a administração pública federal, além de dispor sobre alterações na legislação tributária e de endividamento público.
- b) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente a 2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior à execução da LOA.
- c) A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser compatível com o PPA e a LDO, e sua execução pode superar um exercício financeiro em casos excepcionais previstos constitucionalmente.
- d) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias apenas poderão ser aprovadas se houver compatibilidade com o plano plurianual.
- e) A LDO tem caráter indicativo e não pode impor limites às despesas públicas.

143. Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle do orçamento público, assegurando a transparência, a eficiência e a legalidade na gestão dos recursos públicos. Tais princípios têm previsão tanto na legislação brasileira quanto na doutrina orçamentária, sendo essenciais para garantir a correta alocação das receitas e despesas no setor público. Considerando a relevância dos princípios orçamentários para a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da anualidade estabelece que a LDO e a LOA devem abranger um período máximo de um ano, garantindo previsibilidade na execução das despesas públicas.
- b) O princípio do equilíbrio orçamentário exige que todas as despesas sejam integralmente cobertas por receitas próprias do ente federativo, sem possibilidade de previsão de operações de crédito no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).
- c) O princípio da exclusividade impede que a Lei Orçamentária Anual (LOA) contenha dispositivos estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas, salvo se tratarem de autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito, nos termos da lei.
- d) O princípio da unidade determina que cada Poder deve elaborar seu próprio orçamento de forma independente e desvinculada.
- e) O princípio da não afetação da receita pública impede que a receita de impostos tenha destinação específica, assegurando total flexibilidade na aplicação dos recursos arrecadados.

144. A receita pública é o conjunto de ingressos financeiros que entram nos cofres do Estado e se destinam ao financiamento das atividades governamentais. No âmbito orçamentário, a receita é classificada segundo diversos critérios, como sua origem (originária ou derivada), sua inclusão ou não no orçamento (orçamentária ou extraorçamentária) e sua natureza específica conforme a legislação vigente. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta sobre a classificação e as características da receita na administração pública:

- a) As receitas originárias decorrem do poder de império do Estado, sendo constituídas principalmente por tributos e multas.
- b) As receitas derivadas são obtidas por meio da exploração de bens e serviços públicos, sem a imposição coercitiva ao contribuinte.
- c) As receitas extraorçamentárias, apesar de não integrarem o orçamento público, são receitas correntes que pertencem ao governo.
- d) As receitas orçamentárias são aquelas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), enquanto as extraorçamentárias não integram o orçamento e geralmente correspondem a depósitos, cauções e consignações, constituindo entradas compensatórias.
- e) As receitas patrimoniais são classificadas como receitas derivadas, pois decorrem da arrecadação compulsória pelo Estado.

145. A despesa pública representa a aplicação de recursos financeiros pelo Estado para a manutenção de suas atividades e a prestação de serviços à sociedade. No âmbito orçamentário, a despesa é classificada sob diversos critérios, como sua natureza econômica (corrente ou de capital), funcional, institucional e programática, permitindo um controle mais eficiente dos gastos públicos. Considerando a importância da classificação e da execução da despesa pública, assinale a alternativa correta de acordo com os ditames da Lei nº 4.320/64:

- a) As despesas correntes englobam apenas as despesas de custeio e as transferências correntes, não se incluindo as despesas com juros da dívida pública.
- b) As despesas de capital são destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- c) A constituição ou aumento do capital de entidades que visem a objetivos comerciais é uma inversão financeira.
- d) As transferências correntes são despesas destinadas a investimentos e inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar.
- e) A despesa com aquisição de máquinas e equipamentos para órgãos públicos é classificada como despesa corrente, pois está vinculada à continuidade da prestação de serviços.

146. A Desvinculação de Receitas é um mecanismo que permite maior flexibilidade na gestão orçamentária ao autorizar a aplicação de um percentual das receitas vinculadas em outras finalidades. Essa ferramenta busca conferir maior autonomia financeira aos entes público, garantindo maior eficiência na alocação dos recursos públicos. Entretanto, sua aplicação encontra limites e restrições, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação, cujos recursos possuem destinação constitucional obrigatória. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A desvinculação de receitas é uma prerrogativa exclusiva da União, não sendo aplicável a Estados e Municípios.
 - b) A receita tributária arrecadada pelos Municípios pode ser totalmente desvinculada e utilizada para qualquer finalidade.
 - c) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes.
 - d) A desvinculação de receitas nos Municípios pode atingir receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores.
 - e) A desvinculação de receitas nos Municípios pode atingir transferências voluntárias, ainda que tenham destinação especificada em lei.
-

147. No âmbito da execução orçamentária, a Lei Orçamentária Anual (LOA) pode ser alterada por meio da abertura de créditos adicionais, instrumento utilizado para ajustar as dotações orçamentárias quando ocorrem despesas não previstas ou insuficientemente dotadas. A legislação orçamentária classifica esses créditos em três tipos: suplementares, especiais e extraordinários, cada um com regras específicas para sua autorização e utilização. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os créditos adicionais e suas regras de autorização e execução na administração pública:

- a) Os créditos suplementares são utilizados para cobrir despesas não previstas na LOA e prescindem de autorização legislativa.
- b) Os créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotações orçamentárias já existentes e, caso autorizados nos últimos quatro meses do exercício e não integralmente utilizados, poderão ter os seus saldos reabertos no exercício seguinte.
- c) A abertura de créditos especiais independe da indicação de recursos correspondentes para sua cobertura.
- d) Créditos adicionais extraordinários poderão utilizar como fonte de recursos o excesso de arrecadação ou o cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.
- e) Os créditos adicionais extraordinários podem ser abertos em caso de calamidade pública, sem necessidade de autorização legislativa prévia.

148. O endividamento público é um instrumento utilizado pelos entes federativos para financiar despesas que não podem ser cobertas pelas receitas correntes, sendo regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Constituição Federal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre o endividamento público e suas regras no ordenamento jurídico brasileiro:

- a) A LRF proíbe a realização de operações de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação com o objetivo de refinarar dívidas junto a outras instituições financeiras.
 - b) Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, bem como precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.
 - c) Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil.
 - d) A União poderá contrair operação de crédito interna, desde que haja autorização específica do Senado Federal.
 - e) A LRF estabelece que o pagamento de juros da dívida pública não pode comprometer mais de 20% da receita corrente líquida do ente federado.
-

149. No que se refere ao pagamento de precatórios, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Pequenos valores podem ser pagos sem necessidade de precatório, conforme definido em legislação local.
- b) O pagamento de precatórios deve seguir rigorosamente a ordem cronológica, sem exceções.
- c) Os precatórios de natureza alimentar devem ser pagos apenas após o pagamento dos precatórios comuns.
- d) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- e) Para fins de enquadramento de um precatório como Requisição de Pequeno Valor, é admitido o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

150. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 10ª Edição, depois de reconhecidas as receitas orçamentárias, podem ocorrer fatos supervenientes que ensejem a necessidade de restituições, devendo-se registrá-los como dedução da receita orçamentária, possibilitando maior transparência das informações relativas à receita orçamentária bruta e líquida. O processo de restituição consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem ser devolvidas. Sobre a temática, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, se a restituição ocorrer no

mesmo exercício em que foram recebidas transferências, deve-se contabilizar como dedução de receita orçamentária até o limite de valor das transferências recebidas no exercício.

- b) Para as rendas extintas no decorrer do exercício, deve-se registrar a devolução sempre como despesa orçamentária.
- c) A despeito de tais recursos não pertencerem ao ente público e não serem aplicáveis em programas e ações governamentais, é necessária autorização orçamentária para sua devolução.
- d) A devolução de saldos de convênios deve ser sempre registrada como dedução da receita orçamentária, independentemente do exercício em que os recursos tenham sido recebidos.
- e) No caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, se o valor da restituição ultrapassar o valor das transferências recebidas no exercício, o montante que ultrapassar esse valor deve ser registrado como despesa extraorçamentária.

DINÂMICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO*Alessandra Lopes*

151. As características marcantes da diferença da ocupação do espaço por distintas faixas de renda, como a rugosidade do tecido urbano e a não presença de arborização, implicam em maior temperatura em regiões habitacionais das classes de baixa renda. Então, na produção da malha urbana das cidades, a distribuição de riqueza e sua concentração é responsável por construir a relação entre a morfologia espacial e a social, onde as características das periferias e assentamentos informais auto construídos geram consequências não só sociais, mas também de saúde. [...] Na cidade de São Paulo, comunidades como Heliópolis e Paraisópolis apresentam densidade populacional e residencial de 8 a 14 vezes maior que a média dos bairros em que estão inseridas, sendo, a exemplo, a incidência de dengue maior, também, nas áreas de elevados registros de temperatura da superfície e nos assentamentos informais.

O texto trata sobre o fenômeno da

- a) Segregação socioespacial marcada pela diferença de temperatura e maior incidência de doenças.
- b) Adensamento populacional em áreas de maior poder aquisitivo com piora na qualidade da saúde.
- c) Periferização caracterizada por impactos socioeconômicos apenas.
- d) Gentrificação das áreas centrais com impacto na saúde da população envolvida.
- e) Urbanização caótica e desorganizada por toda a cidade.

152. Nas estratégias dos “planos” o uso é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades e deste modo aparece separadamente na cidade (a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas) o morar, o trabalho, o lazer e etc. A partir daí se busca uma solução técnica aos problemas que emergem de cada uma dessas funções realizadas separadamente. Como decorrência inevitável, o ato de morar se reduz à

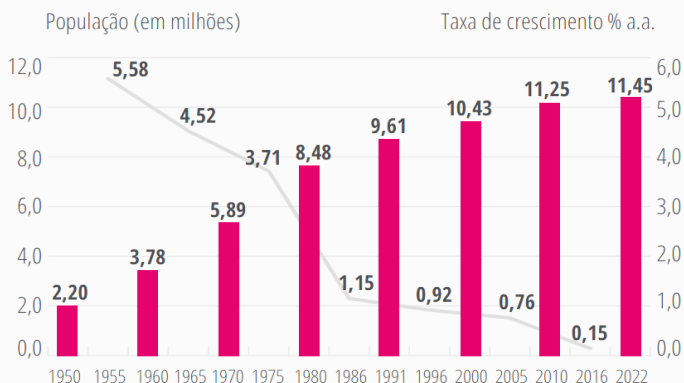
função residencial e trata-se da própria cidade reduzida a um nível funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são, constantemente, esmagadas em nome do progresso. Com este procedimento se encobre os interesses imobiliários que permitem o deslocamento das favelas e a expulsão dos moradores indesejáveis dos “lugares valorizados” pelos atos decorrentes do planejamento urbano.

A partir da leitura do texto, quais fenômenos podem ser relacionados ao que apresenta?

- a) Expansão horizontal das cidades sem relação com a especulação imobiliária e os interesses políticos.
- b) Gentrificação, que impulsiona a remoção de populações vulneráveis das áreas valorizadas, levando ao crescimento da ocupação irregular em regiões periféricas.
- c) Periferização espontânea e voluntária, em que populações de baixa renda escolhem se afastar das áreas centrais sem nenhuma relação com políticas urbanas.
- d) Revitalização urbana voltada para o interesse social, promovendo acesso equitativo à moradia e infraestrutura para todas as classes sociais.
- e) Planejamento urbano participativo que prioriza o acesso à cidade para populações vulneráveis, reduzindo desigualdades.

153.

População e taxa anual de crescimento
Município de São Paulo, 1950-2022



A mudança no crescimento populacional no Município de São Paulo é notável: altas taxas de crescimento na década de 1950, com aumento anual de 5,58%; relevante queda na década de 1980, para 1,15%; e continuação do decréscimo entre 2010 e 2022, com taxa de apenas 0,15%. Nesses 72 anos, o volume de residentes ampliou-se em 5,2 vezes, passando de 2,20 milhões de pessoas em 1950 para 11,45 milhões em 2022. No último período intercensitário, o crescimento foi mínimo, da ordem de 16,5 mil habitantes por ano.

(SEADE INFORMA – DEMOGRAFIA)

São fatores que explicam a mudança no crescimento populacional Município de São Paulo

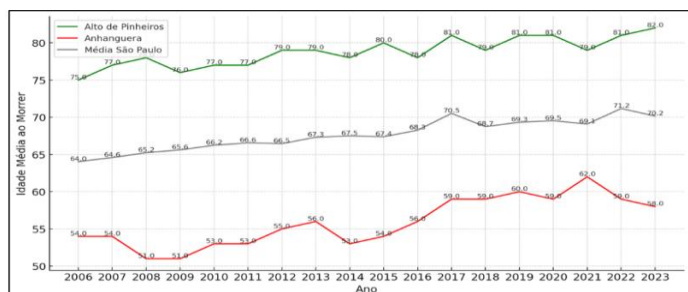
- a) Envelhecimento da população da cidade de São Paulo
- b) Aumento da taxa de mortalidade infantil
- c) Diminuição da taxa de fecundidade
- d) Intensificação da migração internacional
- e) Fuga de cérebros

154. O Município de São Paulo e sua Região Metropolitana apresentam uma estrutura urbana marcada pela desigualdade na distribuição de empregos e infraestrutura de transportes, influenciada por tendências contemporâneas de organização do espaço urbano. Nesse contexto, as transformações no padrão de localização dos empregos e a dinâmica do transporte impactam diretamente a mobilidade e o planejamento da cidade.

Com base nas transformações na estruturação dos sistemas de mobilidade e na distribuição dos usos do solo no município e na Região Metropolitana de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) O avanço da urbanização dispersa e a expansão de condomínios de alto padrão para áreas periféricas reduzem os deslocamentos diários e diminuem os impactos sobre os sistemas de transporte público, uma vez que os novos empreendimentos concentram os empregos locais.
- b) A predominância de empregos não industriais na área central e no setor sudoeste da cidade, aliada à concentração de moradias populares em bairros periféricos e cidades-dormitório, acentua a desigualdade no acesso ao transporte público e reforça os padrões de deslocamento pendular.
- c) A descentralização dos empregos e a criação de novos polos econômicos nos municípios vizinhos a São Paulo resultam na redução da necessidade de deslocamentos de longa distância, tornando obsoleta a rede de transporte público tradicional da capital.
- d) A urbanização acelerada da Região Metropolitana tem promovido um modelo de cidade policêntrica, em que a distribuição equilibrada dos empregos e moradias reduz os gargalos da mobilidade e permite a eliminação dos grandes deslocamentos diários.
- e) O centro histórico da cidade de São Paulo continua a ser o principal polo econômico da metrópole, mantendo sua função predominante de atração de empregos e garantindo que os deslocamentos dentro da cidade ocorram de forma homogênea e equilibrada.

155. Neste ano, a principal novidade é o levantamento da base histórica do indicador Idade Média ao Morrer, abrangendo o período de 2006 a 2023. O trabalho traz a evolução da média geral da cidade e os dados dos distritos que apresentam o melhor e o pior desempenho no mapa de 2024: Alto de Pinheiros (82 anos) e Anhanguera (58 anos). Na média geral, os moradores da capital vivem seis anos a mais do que há 17 anos. Quando se observa a diferença entre os dois distritos ao longo do tempo, porém, a desigualdade permanece inalterada no período, como mostra o gráfico abaixo:



Quais fatores explicam os dados apresentados no texto e no gráfico. Analise cada um dos itens a seguir:

- I. A desigualdade na idade média ao morrer entre os distritos de São Paulo reflete a segregação socioespacial da cidade, na qual bairros de maior renda possuem melhor acesso a serviços de saúde, saneamento, segurança e condições de vida mais favoráveis.
- II. O aumento da expectativa de vida foi homogêneo em toda a cidade, indicando que os investimentos públicos reduziram significativamente as desigualdades regionais no acesso à saúde e ao bem-estar.
- III. As disparidades nos indicadores de longevidade entre os distritos estão diretamente relacionadas às condições socioeconômicas, incluindo escolaridade, renda, acesso a alimentação saudável e exposição a fatores de risco, como violência urbana e doenças crônicas.

Assinale a alternativa que indica apenas itens corretos em relação ao tema apresentado

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) I e II

DINÂMICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

André Rocha

156. Assinale a alternativa que corresponde à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) em que a maior parte do município de São Paulo está inserida.

- a) UGRHI 06: Alto Tietê.
- b) UGRHI 13: Tietê-Jacaré.
- c) UGRHI 19: Baixo-Tietê.
- d) UGRHI 5: Piracicaba, Capivari e Jundiá.
- e) UGRHI 10: Sorocaba/Médio-Tietê.

157. Sobre os sistemas de abastecimento de água do município de São Paulo, assinale a alternativa que corresponde a um sistema isolado que utiliza poços subterrâneos em vez de captação superficial.

- a) Alto Tietê.
- b) Cantareira.
- c) Guarapiranga.
- d) Rio Grande.
- e) Marsilac.

158. Sobre a situação do saneamento básico no município de São Paulo, analise as afirmativas a seguir.

- I – Em São Paulo, os lixões regulares ainda não foram totalmente substituídos por aterros sanitários.
- II – Um dos objetivos do Programa Mananciais é contribuir para a despoluição das represas Billings e Guarapiranga e para a proteção ambiental das áreas de influência dessas bacias hidrográficas.
- III – A topografia acidentada da Serra da Cantareira é um dos desafios para manutenção do abastecimento e da redução das perdas na região Norte da cidade, necessitando um intenso programa de controle de pressões.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I e III, somente.

159. Sobre a situação dos corpos hídricos e a drenagem no município de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) A microdrenagem da cidade é composta por um sistema que congrega as águas pluviais urbanas e os efluentes do esgotamento sanitário.
- b) A macrodrenagem envolve os rios Pinheiros, Tamanduateí e Aricanduva, todos afluentes do Tietê.
- c) Em virtude da intensa urbanização do município, menos de vinte rios sobreviveram até os dias atuais.
- d) A canalização dos rios é uma tendência internacional ainda pouco adotada na cidade de São Paulo para minimização das cheias.
- e) Segundo o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), há mais áreas com risco hidrológico do que com risco geológico em São Paulo.

160. Leia o texto a seguir.

“O Novo Marco Legal do Saneamento Básico, sancionado em julho de 2020, estabeleceu que o país tem até 2033 para garantir água tratada a _____ de sua população e esgotamento sanitário a _____. Reforçou também que a responsabilidade sobre isso, em última instância, é dos prefeitos de cada município brasileiro.

Segundo o Censo de 2022, a rede de esgoto brasileira atende somente 62,5% da população. Isso significa que ainda há muito trabalho a ser feito.

Expandir essa rede não é tarefa simples. Exige obras nem sempre triviais e tempo para executá-las. Por isso, dependerá de decisões tomadas já nesta próxima gestão o cumprimento de objetivos agora fixados em lei.

Edson Aparecido da Silva, secretário executivo do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), reconhece que a responsabilidade é grande. Ele ressalta, no entanto, que ‘atalhos’, como a privatização dos serviços, não são a melhor solução, muito menos devem ser vistos como uma oportunidade para arrecadar.

‘Temos assistido a uma grande pressão para a privatização do saneamento no Brasil. O argumento é que sem a participação privada não haverá recursos para atingir as metas definidas na legislação’, escreveu ele, em artigo sobre a importância do saneamento nestas eleições. ‘Os processos de privatização mostram que os governantes estão interessados em obter grandes somas de recursos com o recebimento de outorgas.’

Segundo Silva, antes mesmo das eleições, cidades importantes do país optaram por privatizar seu serviço de água e esgoto pensando nos prazos do Marco de Saneamento. O maior município do país, São Paulo, já aderiu à privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), consumada em 2022.”

Fonte: Brasil de Fato, disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/10/06/prefeitos-precisam-viabilizar-universalizacao-do-saneamento-pressionados-por-privatizacoes/>

Assinale a alternativa que preenche respectiva e corretamente as lacunas.

- a) 100% e 90%
- b) 99% e 90%.
- c) 100% e 99%.
- d) 100% e 100%.
- e) 99% e 99%.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

161. Acerca do conceito de políticas públicas, considere as afirmações:

- I. As políticas públicas não podem ser implementadas por parcerias ou consórcios, pois a legitimidade é exclusiva dos entes federativos.
- II. São ações orientadas para a resolução de problemas públicos, envolvendo escolhas que refletem valores e interesses de uma coletividade.
- III. As políticas públicas podem surgir tanto de demandas sociais como de decisões unilaterais tomadas pelos governantes, desde que vise ao bem comum.
- IV. A ideia de “não fazer algo” (inação deliberada) pode ser considerada uma forma de política pública, caso haja uma decisão estatal consciente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

162. Políticas públicas podem ser classificadas em diversos tipos, conforme a natureza dos seus efeitos na coletividade. De acordo com a concepção apresentada por Theodore Lowi, uma política distributiva caracteriza-se por:

- a) Impor ônus específicos a setores minoritários e conceder benefícios amplos à maioria.
- b) Distribuir benefícios de forma concentrada, geralmente sem contestações acentuadas.
- c) Limitar comportamentos de grupos ou indivíduos por meio de regulamentações rígidas.
- d) Concentrar custos em um grupo restrito e conceder benefícios para outro grupo específico, gerando conflitos intensos.
- e) Conceder subsídios exclusivamente para governos subnacionais, visando equidade regional.

163. Em relação às etapas do ciclo de políticas públicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na formulação, atores públicos e privados discutem possíveis soluções, estabelecendo objetivos e instrumentos de ação.
- b) Na implementação, busca-se efetivar os objetivos planejados, mobilizando recursos, estruturas e processos administrativos.
- c) A fase de avaliação pode ocorrer tanto antes, quanto durante ou após a implementação, possibilitando ajustes ou retroalimentação do processo.
- d) A decisão final de adotar ou não uma política não integra o ciclo, pois ocorre extrinsecamente às etapas de formulação e implementação.
- e) A construção de agenda envolve a seleção de problemas considerados prioritários pelo governo e pela sociedade, que merecem atenção.

164. Secchi (2013) aborda que uma política pública só é legitimada quando endereça um problema público e reúne dois elementos centrais. Marque a opção que melhor sintetiza esses dois elementos essenciais:

- a) Ajuste burocrático e viabilidade financeira.
- b) Intencionalidade governamental e resposta efetiva a um problema público.
- c) Participação social massiva e recursos privados alocados.
- d) Planejamento orçamentário e consenso do Poder Legislativo.
- e) Conformidade a normas internacionais e impacto socioeconômico mensurável.

165. Segundo a Teoria dos Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Framework), de John W. Kingdon, para que um tema entre efetivamente na agenda governamental, é necessária a convergência de três fluxos distintos: fluxo de problemas, fluxo de políticas e fluxo da política (problem stream, policy stream e politics stream, respectivamente). Assinale a alternativa que melhor descreve o fluxo de políticas (policy stream):

- a) É o fluxo em que grupos de interesses apresentam reivindicações ao governo, sem qualquer mediação técnica ou política.
- b) É o conjunto de soluções e alternativas desenvolvidas por comunidades epistêmicas, especialistas e formuladores, esperando a oportunidade para serem aplicadas.
- c) É a dinâmica das disputas eleitorais, que priorizam a viabilidade de candidatos comprometidos com políticas populares.
- d) É o processo de monitoramento de indicadores para detectar problemas, sem sugerir soluções específicas.
- e) Corresponde ao fluxo no qual as autoridades decidem, de maneira unilateral, qual o assunto prioritário.

166. As chamadas “políticas regulatórias” se distinguem das “políticas redistributivas”, conforme classificação de Lowi, principalmente porque:

- a) Nas políticas regulatórias há conflitos intensos entre grupos com alto poder de barganha, enquanto as redistributivas são consensuais e raramente enfrentam oposição.
- b) Políticas regulatórias buscam transferir renda de um grupo a outro, ao passo que as redistributivas visam apenas impor padrões de conduta social.
- c) Regulatórias impõem padrões e restrições de comportamento, e as redistributivas envolvem a realocação de recursos ou poder de um grupo para outro.
- d) As políticas regulatórias são típicas de nações subdesenvolvidas, ao passo que as redistributivas ocorrem apenas em nações desenvolvidas.
- e) As políticas regulatórias não são consideradas políticas públicas, pois envolvem apenas atos de delegação legislativa.

167. No modelo incrementalista de formulação de políticas públicas, conforme Charles Lindblom, predomina a ideia de que:

- a) O tomador de decisão faz um cálculo exaustivo de todas as alternativas e escolhe a que maximize o bem coletivo, seguindo o “homem econômico”.
- b) As decisões surgem por meio de sucessivas aproximações limitadas, focando ajustes pontuais no status quo, em vez de mudanças drásticas.
- c) A análise custo-benefício é irrelevante, pois a escolha se baseia apenas em critérios ideológicos.
- d) O processo decisório é completamente aleatório, sem qualquer racionalidade ou limites.
- e) As decisões incrementais ocorrem apenas em cenários de crise e urgência, quando não há tempo para um planejamento amplo.

168. A perspectiva top-down na análise de implementação de políticas públicas prioriza

- a) o estudo das interações horizontais entre diversos agentes locais, partindo do contexto e das redes sociais informais.
- b) a ênfase na autonomia dos atores de base para transformar a política pública em ações específicas, independente da hierarquia.
- c) a centralidade do papel decisório de quem formula a política (nível superior), estabelecendo metas e diretrizes que os níveis implementadores devem seguir.
- d) a total ausência de padrões e diretrizes, já que a implementação se dá por heurísticas locais e alianças comunitárias.
- e) o reconhecimento de que as diretrizes centrais raramente definem o sucesso da implementação, enfatizando a adaptação a cada realidade municipal.

169. Quando se discute avaliação de políticas públicas, um dos desafios está na escolha de indicadores e metodologias. Nesse cenário, o método quase experimental é particularmente útil porque:

- a) Reduz a relevância de grupos de controle, tornando a avaliação mais célere e menos custosa.
- b) Permite inferir causalidade aproximada mesmo na ausência de randomização completa, utilizando grupos comparáveis ou emparelhamento estatístico.
- c) Tem foco exclusivo em indicadores qualitativos, dispensando dados quantitativos.
- d) Admite que a avaliação deve ocorrer apenas após a conclusão total da política, sem acompanhar o processo durante a implementação.
- e) Elimina a possibilidade de viés e garante resultados de validade universal.

170. Entre os mecanismos participativos de gestão pública, as conferências de políticas públicas se distinguem dos conselhos principalmente porque:

- a) As conferências são permanentes, reunindo-se semanalmente, ao passo que os conselhos se reúnem apenas uma vez ao ano.
- b) As conferências são eventos pontuais e amplos, abertos a diversos segmentos sociais, enquanto os conselhos têm atuação contínua, com membros que representam setores específicos.
- c) Nos conselhos não há poder de deliberação, ao contrário das conferências, que sempre têm caráter vinculante.
- d) As conferências substituem a figura do gestor público, ao passo que os conselhos são apenas consultivos.
- e) As conferências demandam aprovação do Poder Judiciário para serem realizadas, pois tratam de direitos fundamentais.

171. No desenho institucional das políticas públicas, as agências reguladoras no Brasil exercem papel fundamental. Assinale a opção que melhor descreve a função delas:

- a) Atuam como tribunais judiciais, decidindo litígios trabalhistas entre servidores e o Estado.
- b) Definem as metas de todos os ministérios e secretarias, sem participação da iniciativa privada.
- c) Regulam setores específicos (p. ex., telecomunicações, energia), estabelecendo regras, fiscalizando e aplicando sanções, visando equilíbrio entre interesse público e privado.
- d) São instâncias de arbitragem voluntária, sem poder de fiscalização ou autuação.
- e) Substituem completamente o papel do Poder Legislativo na criação de normas setoriais, pois emitem leis específicas.

172. A ideia de equidade no âmbito das políticas públicas refere-se, em essência, a:

- a) Tratar todos os cidadãos de forma igual, sem qualquer distinção ou foco em grupos vulneráveis.
- b) Garantir que os recursos orçamentários sejam aplicados exclusivamente em projetos de cunho regional.
- c) Promover a igualdade de oportunidades e compensar desigualdades, adaptando políticas às necessidades diferenciadas de grupos e territórios.
- d) Focar a eficiência econômica como critério único para avaliar a efetividade de uma política.
- e) Impor sanções aos gestores que descumprirem metas de natureza exclusivamente ambiental.

173. No processo de avaliação das políticas públicas, a distinção entre eficácia e efetividade é bem conhecida. A eficácia corresponde:

- a) À medida em que a política gera resultados de impacto social duradouro, modificando a realidade de forma sustentável.
 - b) Ao grau de cumprimento dos objetivos e metas propostos, ou seja, se as ações atingiram o que foi planejado.
 - c) À análise do custo-benefício estritamente financeiro, desconsiderando resultados sociais ou ambientais.
 - d) À capacidade de economia de recursos públicos, medindo quanto se conseguiu poupar.
 - e) Ao impacto econômico na sociedade, independentemente de alcançar ou não as metas definidas.
-

174. Conforme Douglas North e a abordagem institucionalista, o “custo de transação” na implementação de políticas públicas refere-se, fundamentalmente, a:

- a) Despesas orçamentárias diretas com logística e infraestrutura na execução de programas.
- b) Taxas alfandegárias cobradas na importação de insumos para a política pública.
- c) Custos limitados ao pagamento de juros de financiamentos internacionais para políticas sociais.
- d) Gastos de campanha eleitoral, que justificam a escolha de determinadas políticas em vez de outras.
- e) Custos intangíveis associados a negociar acordos, fiscalizar contratos, superar burocracias e assegurar cooperação entre atores.

175. Em uma perspectiva bottom-up de implementação, as redes de políticas públicas assumem importância porque:

- a) Privilegiam a autoridade central do chefe do Executivo, restringindo a participação de organizações locais ou atores não estatais.
- b) Permitem verificar como atores locais (órgãos municipais, ONG, movimentos sociais) adaptam ou transformam as diretrizes, gerando variações na política implementada.
- c) Eliminam completamente qualquer influência externa, já que a execução se dá em um nível único e hierárquico.
- d) Neutralizam conflitos, pois todos os atores concordam plenamente com os objetivos da política.
- e) Tornam desnecessária qualquer forma de monitoramento ou avaliação, já que há autonomia local.

176. Em termos de agenda governamental, quando se diz que um problema “entrou na agenda formal”:

- a) Significa que todos os cidadãos já concordam com a urgência de resolver tal problema.
- b) Aponta que especialistas consideram a questão irrelevante e, portanto, não haverá políticas para resolvê-la.
- c) Refere-se ao fato de o Congresso Nacional ter aprovado um projeto de lei correspondente ao problema.
- d) Indica que esse tema passou a constar na pauta oficial do governo, orientando esforços para formulação de soluções, ainda que não tenha sido aprovado pelo Legislativo.
- e) Define que a sociedade civil perdeu espaço, pois o governo assume unilateralmente a condução do tema.

177. Sobre a avaliação ex ante de políticas públicas, pode-se afirmar:

- a) Analisa o impacto real após a política ter sido plenamente implementada.
 - b) Ocorre durante a execução, permitindo correções em tempo real.
 - c) Equivale à avaliação ex post, apenas usando dados estimados.
 - d) É um procedimento que antecipa possíveis resultados, custos e riscos, auxiliando na decisão se a política deve ou não ser adotada.
 - e) Substitui completamente a necessidade de monitoramento posterior, pois suas previsões são irrefutáveis.
-

178. Políticas setoriais são aquelas que:

- a) Incluem todos os segmentos da sociedade em uma única estratégia global, sem especificação.
- b) Ajustam-se apenas às necessidades fiscais imediatas do Estado, sem foco em setores sociais.
- c) Focam áreas específicas (saúde, educação, infraestrutura, etc.), com objetivos e instrumentos próprios, mas podem ser articuladas com outras políticas.
- d) Constituem políticas restritas a agentes privados, sem qualquer envolvimento governamental.
- e) São políticas emergenciais exclusivas para crises orçamentárias ou calamidades naturais.

179. Na fase de implementação, a capacitação dos recursos humanos e a adequação das estruturas burocráticas influenciam o sucesso de uma política pública. Nesse contexto, indica-se que:

- a) A implementação prescinde de treinamento específico, pois basta a boa vontade dos servidores.
- b) Apenas a existência de uma boa lei garante efetividade, independentemente da capacitação ou recursos disponíveis.
- c) Quanto maior a compatibilidade entre os objetivos da política e as competências dos órgãos e servidores envolvidos, maior a chance de sucesso.
- d) Se a política for impopular, a capacitação é irrelevante, pois não haverá legitimidade.
- e) Em políticas de amplitude nacional, é preferível não envolver servidores locais, para padronizar a execução.

180. Uma “janela de políticas” (policy window), conforme Kingdon, é aberta quando:

- a) O governo decide paralisar todas as ações para priorizar um único problema.
 - b) Há confluência do fluxo de problemas, fluxo de políticas e fluxo político, criando oportunidade para que certa solução seja adotada.
 - c) As alternativas ficam inviáveis, pois o orçamento foi contingenciado, impedindo novas políticas.
 - d) As eleições são suspensas, dando ao governante poder para implementar mudanças sem oposição.
 - e) O Supremo Tribunal Federal decreta intervenção federal, forçando a adoção imediata de qualquer projeto de lei pendente.
-

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI). LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LAI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL Nº 53.623/2012, LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI). LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E ALTERAÇÕES.

REGULAMENTA A LAI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL Nº 53.623/2012, PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEI FEDERAL Nº 13.460/2017 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LEI DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO Nº 58.426/2018,

Herbert Almeida

181. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), é correto afirmar que:

- a) a publicidade das informações é a regra, e o sigilo a exceção, sendo obrigatório justificar qualquer restrição de acesso.
- b) o acesso à informação pública depende da apresentação de justificativa pelo solicitante.
- c) apenas os órgãos do Poder Executivo estão obrigados a fornecer informações públicas mediante solicitação.
- d) informações sigilosas não podem ser acessadas em nenhuma hipótese, independentemente do prazo decorrido.
- e) a Administração Pública pode, em regra, cobrar taxas administrativas para processar pedidos de acesso à informação.

182. Um cidadão solicitou acesso a documentos administrativos de um órgão público, mas teve seu pedido negado sem justificativa. Diante dessa situação, nos termos da LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) o sigilo da informação se presume sempre que houver negativa de acesso, independentemente de justificativa.
- b) o órgão público pode negar acesso sem justificativa, desde que a informação esteja sob análise interna.
- c) o cidadão pode recorrer ao Poder Judiciário, mas não há sanções administrativas para o servidor que negou o acesso.
- d) o cidadão pode recorrer da negativa, e o responsável pode ser penalizado caso não justifique a recusa.
- e) o órgão pode cobrar uma taxa para fornecer uma justificativa formal sobre a negativa.

183. Sobre o acordo de leniência previsto na Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa correta.

- a) basta a manifestação da pessoa jurídica sobre o seu interesse em cooperar para a apuração do ilícito para que seja firmado o acordo de leniência.
- b) a celebração do acordo de leniência isenta a empresa da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- c) o descumprimento do acordo de leniência impede a empresa de firmar novo acordo pelo prazo de três anos.
- d) o acordo de leniência deve ser mantido em sigilo absoluto e não pode ser divulgado, até o seu integral cumprimento.
- e) a Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão competente para celebrar acordos de leniência em qualquer esfera da administração pública.

184. A respeito da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.079/2018), assinale a opção correta:

- a) a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por empresas estrangeiras que ofereçam serviços no Brasil.
- b) o tratamento de dados pessoais para fins jornalísticos, artísticos ou acadêmicos deve seguir integralmente as disposições da LGPD.
- c) a LGPD se aplica ao tratamento de dados realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- d) a LGPD se aplica apenas ao tratamento de dados realizado por empresas privadas, não abrangendo órgãos públicos.
- e) a LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado no Brasil, bem como ao tratamento realizado no exterior quando envolver o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional.

185. João, cidadão que utiliza frequentemente os serviços públicos municipais, percebeu que uma unidade de atendimento à saúde da sua cidade não está cumprindo o horário de funcionamento estabelecido. Diante disso, ele decide registrar uma manifestação formal sobre a prestação do serviço público. De acordo com a Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que:

- a) João só poderá apresentar sua manifestação pessoalmente na unidade de atendimento à saúde.
- b) para que sua manifestação seja analisada, João deverá obrigatoriamente justificar os motivos determinantes da apresentação de sua reclamação.
- c) caso não haja ouvidoria no órgão responsável pelo serviço de saúde, João não poderá apresentar sua manifestação.
- d) João pode apresentar sua manifestação de forma eletrônica, por correspondência convencional ou verbalmente, devendo esta última ser reduzida a termo.

- e) a administração pública pode negar o recebimento da manifestação de João se ele se recusar a utilizar um formulário específico disponibilizado pelo órgão.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 E ALTERAÇÕES. REGULAMENTA A LGPD NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DECRETO MUNICIPAL Nº 59.767/2020,

Antônio Daud

186. Em relação ao disposto no Decreto Municipal nº 55.107/2014, que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Controladoria Geral do Município é responsável pela instauração da sindicância e do processo administrativo destinado a apurar a responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
- b) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão processante composta por 3 servidores estáveis.
- c) No curso do processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido, à pessoa jurídica, prazo de 30 dias, contados da citação, para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que eventualmente pretenda produzir.
- d) Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas, a comissão processante apreciará a sua pertinência em despacho motivado e fixará prazo razoável, conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto, para a produção das provas deferidas.
- e) O relatório da comissão processante deverá ser conclusivo quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica, sendo vinculante para a decisão final da autoridade julgadora.

187. Artêmis, servidora do órgão municipal Alfa, atua no departamento de controle interno e, na última semana, passou a verificar a legalidade da classificação de informação no grau reservado.

Artêmis concluiu que tal decisão de classificação deverá ser formalizada em ato que contenha determinados elementos, EXCETO:

- a) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final.
- b) identificação da autoridade que a classificou.
- c) assunto sobre o qual versa a informação.
- d) fundamento da classificação.
- e) impacto do sigilo sobre a prestação de contas.

188. No exercício do poder de polícia, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções em decorrência de infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Entre estas sanções, NÃO se encontra a:

- a) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- c) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- d) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 12 meses, prorrogável por igual período.
- e) proibição total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

189. Considerando as regras aplicáveis ao poder público sobre o tratamento de dados pessoais, assinale a alternativa que contraria a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018):

- a) empresas estatais, em qualquer caso, deverão seguir as mesmas regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e demais entidades do Poder Público.
 - b) O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer na hipótese de consentimento do titular, ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.
 - c) O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer, mesmo sem consentimento, na hipótese de proteção da vida de terceiro.
 - d) a autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais, bem como emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da referida Lei.
 - e) os dados pessoais custodiados pelo poder público deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado.
-

190. Em relação à declaração de bens e valores para a posse e exercício de mandatos, cargos, funções ou empregos nos órgãos da Administração Direta e Indireta do município de São Paulo (Decreto nº 59.432/2020), marque a alternativa INCORRETA:

- a) A posse e o exercício de agentes públicos municipais para o desempenho, ainda que transitório ou sem remuneração, de cargos, funções ou empregos ficam condicionados à apresentação de declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio.
- b) A obrigatoriedade de entrega da declaração de bens e valores aplica-se também aos agentes públicos aposentados sem vínculo ativo com a Administração.
- c) Quando aplicável, a declaração deverá contemplar também os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.
- d) A declaração de bens e valores deverá ser apresentada em até 10 dias após o início do exercício, no caso de agentes ingressantes no serviço público municipal; anualmente, até o último dia do mês subsequente ao do prazo final para entrega da Declaração do Imposto de Renda à Receita Federal; na data de cessação do vínculo mantido com o órgão da Administração Direta.
- e) A não apresentação da declaração de bens e valores, nos prazos fixados, acarretará a suspensão do pagamento da remuneração do agente público até o efetivo cumprimento de referida obrigação, podendo dar ensejo à sua demissão.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (APLICAÇÃO DE PENALIDADES À PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL, LEI MUNICIPAL Nº 13.288/2002 E ALTERAÇÕES, PREVENÇÃO E O COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, LEI MUNICIPAL Nº 16.488/2016 E ALTERAÇÕES, ORGANIZA A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, LEI MUNICIPAL Nº 17.273/2020 E ALTERAÇÕES)

Géssica Ehle

191. De acordo com a Lei Municipal nº 13.288/2002, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" nas dependências da Administração Pública Municipal Direta e Indireta por servidores públicos municipais, os servidores públicos municipais ficam sujeitos a algumas penalidades administrativas pela prática de "assédio moral" nas dependências do local de trabalho. Nesse sentido, analise os itens a seguir:

- I. advertência
- II. suspensão
- III. demissão
- IV. curso de aprimoramento profissional

Sobre as penalidades administrativas aplicáveis aos servidores na prática de assédio moral as dependências do local de trabalho, está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

192. A Lei Municipal nº 13.288/2002 dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" nas dependências da Administração Pública Municipal de São Paulo. Sobre a referida norma é correto afirmar que:

- a) os procedimentos administrativos somente serão iniciados caso haja provocação da parte ofendida
- b) quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa
- c) caso o servidor seja punido com multa, essa terá como teto o valor de R\$ 5.532,00 (cinco mil quinhentos e trinta e dois) reais
- d) A arrecadação da receita proveniente das multas impostas poderão integrar o orçamento do município para fins de destinação a ser eleita posteriormente pelo Prefeito Municipal
- e) Para fins do disposto pela referida Lei, considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que dentre outras consequências, atinja a autoestima e a segurança de um indivíduo, ainda que proferidos uma única vez, como é o caso de uma crítica severa.

193. A Lei n. 16.488/2016 dispõe sobre a prevenção e o combate ao assédio sexual na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Município de São Paulo. Nos termos da referida Lei, sobre o assédio sexual não é correto o que se afirma em:

- a) assédio sexual todo tipo de ação, gesto, palavra ou comportamento que cause constrangimento com conotação sexual, diante de toda relação hierárquica entre assediador e vítima do assédio
- b) o assédio sexual por intimidação é caracterizado pelo comportamento invasivo e inadequado, com conotação sexual, que cria situação especialmente ofensiva à dignidade sexual da vítima
- c) também são consideradas assédio sexual as condutas praticadas fora do local de trabalho, nos casos de assédio sexual por chantagem
- d) a configuração do assédio sexual independe de orientação sexual ou identidade de gênero

e) não é necessário que se prove reiteração ou habitualidade para que a conduta seja considerada assédio sexual

194. Em decorrência da prática de assédio sexual, os agentes públicos municipais ficam sujeitos às seguintes penalidades administrativas a exceção de uma, assinale-a:

- a) repreensão
- b) suspensão
- c) multa
- d) demissão a bem do serviço público
- e) prisão administrativa

195. Nos termos da Lei n. 17.273/2020, que organiza a Política Municipal de Prevenção da Corrupção, cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, cria o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção junto ao município de São Paulo, julgue os itens a seguir.

- I. A Política Municipal de Prevenção da Corrupção será executada contendo como uma de suas diretrizes a divulgação de todas as informações de caráter público, independentemente de solicitação.
- II. É absolutamente indispensável à regular observância do princípio da transparência, o registro de todos os atos processuais, inclusive os preparatórios.
- III. O Conselho Municipal de Transparência e Controle Social será composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (CÓDIGO DE CONDUTA FUNCIONAL DOS AGENTES PÚBLICOS E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DECRETO MUNICIPAL Nº 56.130/2015)*Tiago Zanolla*

196. Sobre as condutas fundamentais do agente público municipal, conforme previsto na legislação do Município de São Paulo e nos princípios administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor deve tratar todos os usuários do serviço público com respeito, sendo vedada qualquer distinção de atendimento baseada em sexo, cor, idade, religião ou filiação político-ideológica.
 - b) O agente público pode utilizar informações sigilosas que obtém em razão do cargo para fins pessoais, desde que isso não cause prejuízo direto ao erário.
 - c) O direito de greve do servidor público não pode sofrer qualquer restrição, mesmo que comprometa a prestação de serviços essenciais à coletividade.
 - d) A assiduidade e pontualidade são valores desejáveis, mas não são obrigatórios para os servidores públicos municipais.
 - e) O agente público deve sempre cumprir ordens superiores, independentemente de sua legalidade ou ética, para não prejudicar a hierarquia administrativa.
- 197.** Carlos, servidor público municipal de São Paulo, recebeu um pedido formal de um cidadão para acesso a um documento público. Ao analisar a solicitação, Carlos exigiu que o cidadão justificasse o motivo do pedido. Além disso, sem justa causa, demorou mais de 30 dias para responder, fornecendo a informação de maneira incompleta. Com base no Código de Conduta Funcional, assinale a alternativa correta:
- a) Carlos agiu corretamente, pois pode exigir os motivos da solicitação de informações para verificar a legitimidade do pedido.
 - b) O servidor violou a norma, pois não pode exigir justificativa para fornecer informações de interesse

público, salvo nas hipóteses previstas em lei.

- c) Como o pedido era formal, Carlos poderia analisar a conveniência do fornecimento da informação, desde que justificasse sua demora.
- d) A exigência de justificativa para fornecer informações públicas não é vedada, desde que a solicitação envolva dados sigilosos.
- e) O Código de Conduta não prevê sanção para servidores que fornecem informações públicas de forma incompleta, desde que entreguem parte do conteúdo solicitado.

198. João, servidor público municipal de São Paulo, trabalha na secretaria responsável por fiscalizar contratos de prestação de serviços para o Município. Recentemente, ele foi convidado por uma das empresas fiscalizadas para um evento corporativo em um hotel de luxo, com todas as despesas pagas. Além disso, João possui participação societária em uma empresa que fornece materiais para outra secretaria municipal. Considerando as normas sobre conflito de interesses, assinale a alternativa correta:

- a) João pode aceitar o convite, pois eventos corporativos não são considerados conflitos de interesses.
- b) A participação societária de João na empresa não gera conflito de interesses, pois ele não atua diretamente na secretaria que adquire os materiais.
- c) João pode participar do evento corporativo, desde que a viagem seja informada à Controladoria Geral do Município.
- d) João está em situação de conflito de interesses, pois tanto sua participação no evento quanto sua sociedade empresarial podem comprometer sua imparcialidade no serviço público.
- e) João pode manter sua participação na empresa, mas deve se afastar temporariamente do serviço público enquanto durar a relação comercial com o Município.

199. Carlos, secretário municipal de uma pasta estratégica, adquiriu recentemente ações de uma empresa que mantém contratos com o município e cuja valorização pode ser diretamente afetada por decisões governamentais. Além disso, sua esposa recebeu a transferência de um imóvel de alto valor. Com base nas normas de conduta ética da alta administração, assinale a alternativa correta:

- a) Carlos deve comunicar à Controladoria Geral do Município tanto a aquisição das ações quanto a transferência do imóvel, pois ambos configuram alterações patrimoniais relevantes.
- b) A aquisição das ações é irrelevante para a ética administrativa, pois Carlos comprou os papéis com recursos próprios.
- c) A transferência do imóvel para a esposa de Carlos não precisa ser informada, pois não se trata de um bem pertencente diretamente ao agente público.
- d) Apenas a compra das ações deve ser comunicada à Controladoria, pois o imóvel não está relacionado à sua função pública.
- e) Carlos poderá manter a posse das ações sem qualquer comunicação ao município, desde que não tome decisões diretamente relacionadas à empresa.

200. Considerando as normas fundamentais de conduta ética da alta administração, assinale a alternativa correta:

- a) As autoridades públicas da alta administração podem manifestar-se publicamente sobre qualquer matéria de interesse da administração, mesmo que fora de sua área de competência.
- b) As informações patrimoniais das autoridades públicas são sigilosas, mas podem ser divulgadas a qualquer cidadão que solicitar acesso via Lei de Acesso à Informação.
- c) Autoridades públicas da alta administração que possuam mais de 5% do capital de uma empresa que negocia com o município devem comunicar esse fato à Controladoria Geral do Município.
- d) A comunicação de alterações patrimoniais relevantes deve ser feita apenas ao final do

mandato ou da gestão do agente público.
e) É permitido que autoridades da alta administração exerçam qualquer atividade empresarial desde que declarem seus ganhos à Controladoria Geral do Município.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

201. A lei 13.709 – Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais NÃO se aplica em tratamento de dados pessoais:

- a) realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares ou econômicos;
- b) realizado para fins exclusivamente jornalístico
- c) realizado para fins exclusivamente artístico
- d) realizado para fins exclusivos de segurança pública
- e) realizado para fins exclusivos de defesa nacional

202. O tipo de certificado digital que é um dispositivo que permite a identificação e validação de pessoas e empresas no ambiente online armazenado em um dispositivo físico, como um cartão ou token, e pode ser usado para assinar documentos digitalmente é o que chamamos de:

- a) Certificado A1.
- b) Certificado A3
- c) Certificado Lógico
- d) Certificado Físico.
- e) Certificado ICP;

203. Das alternativas abaixo, marque aquela que não pode ser considerada um objetivo do COBIT:

- a) Garantir que os recursos de TI sejam bem aproveitados
- b) Assegurar que as operações de TI estejam em conformidade com as regulamentações
- c) Gerenciar riscos
- d) Otimizar o uso de equipamentos de informática
- e) Otimizar o padrão de código escrito pela equipe de desenvolvimento ao definir os modelos e tecnologias que serão usadas.

204. Segundo o Decreto Municipal nº 57.653/2017, qual das letras abaixo NÃO é uma diretriz que deve ser observada pela Política Municipal de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- a) planejamento de tecnologia da informação e comunicação: os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal deverão elaborar seu plano diretor setorial de tecnologia da informação e comunicação que reflita as necessidades tecnológicas a serem materializadas no período, definindo ações prioritárias para o alcance dos objetivos da PMGTIC, bem como métricas e indicadores de acompanhamento;
- b) descentralização: os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal possuem autonomia para formular, organizar, executar e implementar os projetos e ações estabelecidos em seu plano diretor setorial de tecnologia da informação e comunicação - PDSTIC;
- c) inovação: os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal deverão explorar o potencial da inovação tecnológica para criar novas oportunidades de gestão e de prestação de serviços, identificando necessidades e materializando iniciativas com foco na melhoria da qualidade dos serviços e processos;
- d) promover o aumento de maturidade em tecnologia da informação e comunicação no âmbito do

Sistema Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação - SMTIC

- e) transparência e participação social: o planejamento de tecnologia da informação e comunicação, bem como a consecução das ações resultantes devem ser permeáveis à participação da sociedade civil, por meio dos mecanismos de transparência e de recebimento de contribuições já existentes na legislação.a) centralizado

205. As informações que descrevem como os dados são gerenciados, como informações de autorização, datas de criação e modificação e informações de acesso, podem ser chamados de metadados:

- a) descritivos
- b) intrínsecos
- c) administrativos.
- d) estruturais
- e) artificiais

206. O tipo de governança de dados em que cada departamento faz o que precisa para o projeto específico e, ao mesmo tempo, se alinha às políticas centralizadas e que, cada projeto usa quaisquer ferramentas ou processos de outros projetos em que haja uma solução adequada para uso é:

- a) Governança de dados federados
- b) Governança de dados autossuficiente ou descentralizada
- c) Governança de dados assistida
- d) Governança de dados amigável
- e) Governança de dados centralizada

207. Das letras abaixo marque aquela que não pode ser considerada uma dimensão da qualidade dos dados.

- a) Precisão
- b) Completude
- c) Integridade
- d) Tamanho Mínimo
- e) Atualidade

208. Sobre modelagem multidimensional, marque a alternativa incorreta:

- a) Em um esquema estrela, as tabelas de dimensões são normalizadas, o que significa que os atributos nas tabelas de dimensão são divididos em diversas tabelas relacionadas.
- b) Os esquemas Snowflake reduzem a redundância e eliminam anomalias de atualização. Isso garante que os dados sejam armazenados de maneira consistente e normalizada.
- c) A ligação entre a tabela de fatos e a dimensão é estabelecida por meio de relacionamentos de chave estrangeira primária, permitindo a agregação de dados em diferentes dimensões.
- d) As tabelas de dimensões mostram atributos descritivos.
- e) Há uma tabela de fatos primária contendo métricas no centro. Representa atividades, eventos e transações comerciais.

209. Uma maneira alternativa de observação de dados de uma ou mais entidades (tabelas), que compõem uma base de dados e que pode ser considerada como uma tabela virtual ou uma consulta armazenada é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

210. Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) A ingestão de dados funciona apenas para a dados em lote
- b) A ingestão de dados funciona apenas para a dados em streaming
- c) A ingestão de dados em lote é útil quando os dados são sensíveis ao tempo
- d) A ingestão de dados em streaming deve ser adotada em intervalos agendados e de forma recorrente.
- e) A ingestão de dados pode absorver dados de diversas fontes e transferi-los para uma base onde podem ser depositados e analisados.

NOÇÕES DE AUDITORIA

Guilherme Santanna

211. Uma Entidade de Fiscalização Superior realizou uma auditoria para determinar se a informação financeira de uma entidade era apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Para tanto, precisou definir critérios adequados. Com relação ao tema, é INCORRETO afirmar que:

- a) os critérios são as referências usadas para avaliar o objeto
- b) o auditor deve considerar a relevância do critério e sua compreensibilidade para os usuários previstos, assim como a sua completude, confiabilidade e objetividade.
- c) os critérios utilizados podem depender de uma série de fatores, incluindo os objetivos e o tipo de auditoria
- d) critérios podem ser específicos ou mais gerais, e podem ser extraídos de várias fontes, incluindo leis, regulamentos, padrões, princípios sólidos e boas práticas.
- e) os critérios não devem estar disponíveis para os usuários previstos, sob risco de ferir os princípios da objetividade e confidencialidade dos trabalhos de auditoria.

212. Durante um trabalho de auditoria, os auditores se depararam com uma questão que foi considerada como materialmente relevante, o que quer dizer que

- a) foi identificado fato material passível de responsabilização dos gestores da entidade.
- b) se tratava de informação sigilosa não fornecida pelos gestores da entidade.
- c) confirmou indícios levantados inicialmente pelos auditores na fase de planejamento.
- d) o seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários previstos.
- e) possibilitou a conclusão por erro ou fraude de determinado ato praticado pelos gestores da entidade.

213. A auditoria operacional conduzida no setor público envolve três partes distintas, que são:

- a) a parte responsável, o auditor e o usuário previsto.
- b) o auditor, o sistema e o programa de auditoria.
- c) o planejamento do teste, a definição da amostragem e o usuário previsto.
- d) o plano de testes, o chefe do departamento auditado e o auditor chefe.
- e) a programação, a execução da auditoria e o relatório aprovado.

214. Para obter segurança razoável, o auditor deve buscar evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a obtenção de conclusões razoáveis para nelas basear a sua opinião. Com base no texto acima considere:

- I. O risco de auditoria inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso.
- II. A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor, sendo

de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.

III. O risco de detecção se relaciona com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos determinados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável.

IV. As limitações inerentes de uma auditoria fazem com que não seja possível eliminar completamente o risco de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas. Com efeito, o auditor pode emitir opinião com base em evidências de auditorias menos persuasivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

215. Os aprovados no concurso público para o exercício de cargos na CGM SP, passaram por um curso de formação no qual foi explicado que durante todo o trabalho de auditoria há a necessidade de redução dos riscos de ignorar circunstâncias não usuais, de generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria, do uso inadequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.

Essas orientações estão relacionadas à manutenção, pelo auditor,

- a) do julgamento profissional.
- b) do risco de auditoria.
- c) do ceticismo profissional.
- d) da segurança razoável.
- e) da integridade e da objetividade.

216. No planejamento de auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve:

- I. aplicar procedimentos para obter evidências apropriadas e suficientes.
- II. estabelecer uma estratégia global de auditoria.
- III. compreender a estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicáveis à entidade.

Está correto o que é apresentado em:

- a) I, somente.
- b) II e III, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I, II e III.
- e) I e III, somente.

217. Considere a seguinte situação hipotética:

Ao analisar um processo de confissão de dívida lançada como despesa da exercícios anteriores, surgiram dúvidas que, embora respondidas nos autos, poderiam ser corroboradas por respostas obtidas diretamente do fornecedor. O auditor, então, faz solicitação à autoridade competente que, entretanto, nega o envio do ofício ao fornecedor com pedido de confirmações de auditoria.

Nesse contexto, o auditor:

- a) formulará imediata representação ao Procurador-Geral de Justiça.
- b) deve consignar o ocorrido em sua documentação, encaminhando parecer desfavorável por cerceamento de acesso à auditoria.
- c) não deve perguntar qual a razão da recusa, devendo executar procedimentos alternativos.
- d) deve reconhecer o erro, pois a informação em que deve se basear para a emissão do parecer de auditoria é aquela existente na corporação.
- e) deve perguntar qual a razão da recusa, investigando a validade e razoabilidade da resposta, mas pode deixar de adotar qualquer outra medida, se acreditar que não haverá risco de

distorção relevante, ou executar procedimentos alternativos.

218. A documentação de auditoria deve apresentar evidências que

- a) impeçam a conclusão de que a auditoria foi executada em conformidade com o exigido.
- b) evitem a condução de inspeções externas.
- c) confirmem ou contradigam o objetivo global do auditor.
- d) permitam a responsabilização da equipe pelo trabalho.
- e) mantenham o sigilo, para auditorias futuras, de assuntos de importância recorrente.

219. Na formação da opinião sobre as demonstrações contábeis, o auditor deve concluir se obteve segurança

- a) razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- b) relativa de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante causada apenas por erro.
- c) absoluta de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante causada apenas por erro.
- d) razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante causada apenas por erro.
- e) absoluta de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

220. Conforme o Manual Operacional de Auditoria da Auditoria Geral do Município, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O escopo de auditoria é uma declaração clara do foco, da extensão e dos limites da auditoria em termos da conformidade do objeto com os critérios.
- b) O escopo de uma auditoria é influenciado pela materialidade e pelo risco, e determina quais normas e partes delas serão cobertas.
- c) O escopo da auditoria, de forma geral, será definido com base na avaliação do risco de detecção e na natureza dos testes com base no nível de risco.
- d) Os objetivos específicos do trabalho de auditoria são as próprias questões, que podem ser entendidas como desdobramentos do objetivo geral do trabalho.
- e) As respostas das questões formuladas, em seu conjunto, devem atingir o objetivo geral da auditoria.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Silvio Sande

221. A empresa Vinhedo S.A, durante determinado exercício financeiro, vendeu 2.000 unidades do seu produto ao preço unitário de R\$ 10,00. Outras informações a respeito da entidade durante o respectivo exercício:

- Abatimentos sobre vendas: R\$ 500,00
- Impostos sobre vendas: R\$ 2.300,00
- Descontos Condicionais Concedidos: R\$ 700,00
- Estoque inicial de produtos: R\$ 10.000,00
- Compras do período: R\$ 4.000,00
- Estoque final de produtos: R\$ 6.500,00

Sabendo que essas foram as únicas informações relevantes durante o período, qual o Resultado Operacional Bruto da empresa?

- a) R\$ 8.000,00

- b) R\$ 8.500,00
- c) R\$ 9.000,00
- d) R\$ 9.500,00
- e) R\$ 9.700,00

222. A Empresa Mancha Verde pagou antecipadamente, em 01 de abril de 2024, a quantia de R\$ 60.144,00 por um contrato de aluguel pelo período de 24 meses. Levando em conta o princípio da competência de exercícios e após os registros pertinentes, na elaboração do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de despesas antecipadas de curto e longo prazos foi

- a) R\$ 20.048,00.
- b) R\$ 22.554,00.
- c) R\$ 35.084,00.
- d) R\$ 37.590,00.
- e) R\$ 40.096,00.

223. A Cia. Águia de Ouro adquiriu, em 31/12/2022, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2023, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2023, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Águia de Ouro, em 31/12/2024, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

224 As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

| Valor Aplicado (R\$) | Data de vencimento | Mensuração definida pela empresa | Taxa de juros | Valor Justo em 31/12/2020 (R\$) |
|----------------------|--------------------|---|---------------|---------------------------------|
| 5.000.000,00 | 31/05/2025 | Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 2%a.m. | 5.200.000,00 |
| 5.000.000,00 | 30/06/2024 | Mensuração ao custo amortizado | 4%a.m. | 5.500.000,00 |
| 5.000.000,00 | 31/10/2023 | Mensuração ao valor justo por meio do resultado | 3%a.m. | 5.300.000,00 |

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020,, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- a) 15.500.000,00
- b) 15.600.000,00
- c) 15.700.000,00
- d) 15.800.000,00
- e) 15.190.000,00

225. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2023, era composto dos seguintes valores:

| Processo | Saldo em 31/12/2023 |
|------------|---------------------|
| Ambiental | R\$ 4.000.000,00 |
| Tributária | R\$ 3.800.000,00 |
| Fiscal I | R\$ 1.200.000,00 |

Em 31/12/2024 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

| Processo | Probabilidade de Perda em 31/12/2024 | Valor estimado em 31/12/2024 para as perdas |
|-----------|--------------------------------------|---|
| Ambiental | Provável | R\$ 1.900.000,00 |

| | | |
|-------------|----------|------------------|
| Tributária | Provável | R\$ 4.200.000,00 |
| Fiscal I | Possível | R\$ 1.900.000,00 |
| Fiscal II | Remota | R\$ 5.300.000,00 |
| Trabalhista | Provável | R\$ 1.100.000,00 |

Na Demonstração do Resultado de 2024, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) receita total no valor de R\$ 2.800.000,00.
- b) receita total no valor de R\$ 1.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) (E) despesa total no valor de R\$ 500.000,00.

226. Uma determinada empresa comercial, que utiliza o sistema do inventário permanente, efetuou a venda de um lote de 1.000 unidades de uma mercadoria por R\$ 200.000,00, com incidência de ICMS a 18%. Posteriormente, 20% do lote foram devolvidos pela compradora. O preço de venda das mercadorias foi superior em 60% ao custo contábil delas. Abstraindo a incidência de PIS e COFINS sobre as operações, o registro contábil da devolução de vendas diminuiu o lucro bruto da vendedora, em R\$, em

- a) 6.400,00
- b) 7.200,00
- c) 7.800,00
- d) 12.300,00
- e) 15.000,00

227. No dia 01/12/2020 a empresa Campinas S.A. realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda para receber a longo prazo no valor nominal de R\$ 1.972.177,65.
- Venda à vista: R\$ 2.000.000,00.

Se a empresa tivesse realizado somente vendas à vista, o valor total das vendas seria R\$ 3.750.000,00.

Sabendo-se que a empresa utilizava a taxa de juros de 0,8% ao mês para as vendas a prazo, a empresa Campinas S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2020, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2020, Receita de Vendas igual a

- a) R\$ 794.435,53, apenas.
- b) R\$ 3.750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) R\$ 2.000.000,00 e Receita Financeira = R\$ 222.177,65.

228. Em 31/12/2016 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 5.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 6 anos
- Taxa de juros compostos: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 1.148.035,00

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 150.000,00, pagos no ato da assinatura, fazendo com que a taxa de custo efetivo do empréstimo fosse 11% ao ano. Sabendo que a empresa efetuou o pagamento da primeira parcela na data do vencimento, o

- a) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 foi R\$ 4.235.465,00.

- b) valor dos encargos financeiros de 2017 foi R\$ 500.000,00.

- c) valor dos encargos financeiros de 2017 foi R\$ 1.148.035,00.

- d) impacto total no passivo, no momento da captação, foi R\$ 5.000.000,00.

- e) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 foi R\$ 4.351.965,00.

229. Em 01/01/2015 a Cia. Bahia adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Vitória pelo valor de R\$ 20.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Vitória era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Vitória a que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 18.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Sabendo que durante o ano 2015 não foi reconhecida nenhuma perda por impairment (teste de recuperabilidade do ativo), relacionada com o investimento efetuado na Cia. Vitória, o valor reconhecido como Intangível correspondente ao Ágio pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de Controladas, no Balanço da Cia. Bahia de 31/12/2015, foi, em reais,

- a) 3.600.000,00.
- b) 5.600.000,00.
- c) 12.000.000,00.
- d) 2.000.000,00.
- e) 10.000.000,00.

230. A empresa BOM NEGÓCIO adquiriu, em 31/12/2016, ações de sua própria emissão e, para isso, incorreu nos seguintes gastos:

Valor pago pelas ações = R\$ 300.000,00
Custos adicionais de transação = R\$ 4.000,00
Em 30/06/2017, a empresa revendeu estas ações por R\$ 320.000,00 à vista, incorrendo em novos custos de transação no valor de R\$ 6.000,00. Nesse caso, a empresa BOM NEGÓCIO

- a) apurou um resultado com a venda das Ações em Tesouraria de R\$ 14.000,00.
- b) aumentou o seu Patrimônio Líquido em R\$ 320.000,00, em 30/06/2017.
- c) reconheceu como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 300.000,00, em 31/12/2016.
- d) reconheceu como Despesa o valor de R\$ 6.000,00, em 30/06/2017.
- e) reduziu o seu Patrimônio Líquido em R\$ 304.000,00, em 31/12/2016.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

- 231.** Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), acerca da depreciação, pode-se afirmar corretamente, exceto:
- a) A depreciação deverá ser realizada mensalmente em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem.
 - b) O cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados.
 - c) No caso dos imóveis, somente a parcela correspondente à construção deve ser depreciada, não se depreciando o terreno.
 - d) Caso o bem a ser depreciado já tenha sido usado anteriormente à sua posse pela Administração Pública, pode-se estabelecer como novo prazo de vida útil para o bem a metade do tempo de vida útil dessa classe de bens.
 - e) O método de depreciação deve refletir o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são consumidos pela entidade, motivo pelo qual é exigido que todos os bens sejam depreciados pelo mesmo método.

232. Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. Acerca dessa definição, pode-se afirmar corretamente que:

- a) entre as condições necessárias para a caracterização de um recurso no setor público está a forma física.
- b) o potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que mesmo não contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos da entidade pública, devem ser reconhecidos como ativo.
- c) o potencial de serviços possibilita à entidade alcançar os seus objetivos ao gerar entrada líquida de caixa.
- d) os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços podem ser representados pelos ativos de recreação e do patrimônio cultural.
- e) os benefícios econômicos correspondem a saídas de caixa ou a reduções das saídas de caixa.

233. Acerca dos procedimentos contábeis orçamentários previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a opção correta:

- a) O regime de adiantamento, também denominado de suprimento de fundos, consiste em adiantamento de numerário, sem prévio empenho, a servidor para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- b) Os restos a pagar não processados representam as despesas em que o credor já cumpriu com sua obrigação tendo, assim, direito líquido e certo ao pagamento.
- c) Os pagamentos reclamados de restos a pagar com prescrição interrompida poderão ser atendidos à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.
- d) O empenho da despesa é ato que afeta o patrimônio da entidade pública.

e) Os restos a pagar são controlados em contas de natureza de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

234. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 31/10/20X4, um ativo imobilizado no valor de R\$ 120.000,00. A vida útil econômica e valor residual do ativo foram estimados, respectivamente, em 8 anos e R\$ 24.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o linear. Com base nessas informações, assinale a opção que indica o valor, em reais, da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 20X4 referente à ambulância adquirida em 31/10/20X4.

- a) 11.400,00
- b) 950,00
- c) 2.000,00
- d) 2.380,00
- e) 3.000,00

235. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) as contas são agrupadas em classes e grupos, de acordo com a natureza da informação. Assinale a opção que indica um grupo de natureza de controle:

- a) Investimentos
- b) custos
- c) Inscrição de Restos a Pagar
- d) variações patrimoniais diminutivas
- e) controles da execução do planejamento e orçamento

236. Acerca das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as assertivas a seguir:

I - Uma obrigação deve ser reconhecida no momento do seu fato gerador, em decorrência da execução orçamentária.

II – Sob a ótica patrimonial, o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) de um suprimento de fundos se dá no momento da sua concessão.

III – Uma variação patrimonial aumentativa (VPA) é realizada quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas..
- e) I, II e III.

237. Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, analise as assertivas a seguir:

I – A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações efetivas sofridas pelo patrimônio público durante o transcorrer de um período que, segundo a Lei n. 4.320/64, vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

II – No balanço patrimonial, o passivo real a descoberto indica a supremacia do total das obrigações a pagar, reconhecidas no passivo, sobre o total dos bens e direitos reconhecidos no ativo.

III – O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas no âmbito do balanço orçamentário.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.

d) I e II, apenas..

e) I, II e III.

238. O Estado Audazes do Sul adquiriu e distribuiu um lote de livros didáticos para os alunos da rede pública estadual de ensino conforme informações a seguir:

06/01/20X4: empenho da despesa para a aquisição do lote de livros.

18/01/20X4: entrega do lote de livros pelo fornecedor e início da fase da execução da despesa “em liquidação”.

19/01/20X4: liquidação da despesa com a aquisição do lote de livros.

16/02/20X4: distribuição de todo o lote de livros para os alunos da rede pública estadual.

27/02/20X4: pagamento da despesa ao fornecedor do lote de livros.

Com base nessas informações eno disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), pode-se afirmar corretamente que:

- a) Segundo o regime orçamentário, a despesa orçamentária será considerada executada no dia 18/01/20X4.
- b) Segundo o regime patrimonial, uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 19/01/20X4.
- c) Por ocasião do empenho da despesa, haverá registros em contas de natureza orçamentária, patrimonial e de controle do plano de contas aplicado ao setor público.
- d) O fato ocorrido em 27/02/20X4 impacta o resultado orçamentário e patrimonial do exercício.
- e) A fase da execução da despesa – “em liquidação” busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador e não do empenho.

239. O Município Audazes dos Pampas adquiriu material de consumo, sem autorização orçamentária, por meio de aceite de uma nota promissória no valor de R\$ 30.000,00. Segundo o contrato, os bens seriam entregues no prazo de 30 dias a partir do aceite da nota promissória e a apuração de responsabilidade ensejaria ressarcimento ao órgão. Considerando esse fato, assinale a opção que indica o correto lançamento contábil no âmbito da natureza de informação patrimonial:

- a) D 1.1.5.6.x.xx.xx Almoxarifado (P) 30.000,00
C 4.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P) 30.000,00
- b) D 1.1.5.6.x.xx.xx Almoxarifado (P) 30.000,00
C 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P) 30.000,00
- c) D 7.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração 30.000,00
C 8.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração 30.000,00
- d) D 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P) 30.000,00
C 1.1.5.6.x.xx.xx Almoxarifado (P) 30.000,00
- e) D 8.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração 30.000,00
C 7.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração 30.000,00

240. Acerca dos conceitos de contabilidade pública presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas a seguir:

- I – A despesa e a assunção de compromissos serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- II – As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional,

exceto as empresas estatais dependentes, as quais devem seguir normativo próprio.

III – A demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da assunção de passivos.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas..
- e) I, II e III.

Estudo de Caso

Quando alguém diz "Não tenho opinião formada sobre isso", entende-se que a pessoa ainda não analisou detidamente a questão a ser considerada. Outras, no entanto, emitem opiniões taxativas sobre tudo.

Escreva um texto dissertativo no qual você se posicionará diante dessa divergência de comportamentos.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Questão Discursiva

O empregado público “X” frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público. Ficou comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para outra pessoa.

O servidor temporário “Y” permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei.

O empresário “Z”, atuando em conjunto com servidor efetivo, concorreu para o ato de improbidade, percebendo vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública.

Considerando que os atos foram cometidos de forma dolosa, sob a ótica da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, analise o caso, abordando:

- a) considerando os agentes, responda se há ato de improbidade e, caso afirmativo, qual o tipo;
- b) as sanções cabíveis e possibilidade de cumulação.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Redação

A democracia conforme se entende hoje, assenta-se no exercício do poder soberano pelo povo e na extensão dos direitos de cidadania a todos os indivíduos. Se, anteriormente, os soberanos eram os detentores do poder absoluto sobre seus súditos e somente respondiam por seus atos perante Deus, os representantes políticos nos estados modernos devem responder por seus atos perante o povo que os escolheu. Numa democracia, o voto dado a um representante político não lhe concede poder soberano, mas, tão somente, a obrigação de exercer o poder em nome e em benefício do povo. (Bobbio, 2007).

Essa evolução, no entanto, trouxe consigo novas responsabilidades para a sociedade, que se viu instada a responder por uma dupla obrigação: dos cidadãos, de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los; e dos governantes de prestar contas das suas ações aos cidadãos que os escolheram. Daí, um dos problemas mais importantes dos regimes democráticos modernos consiste em desenvolver formas e instrumentos de accountability [...]

Fonte: ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Universidade do Estado de Santa Catarina.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e mais recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

1. Sua definição;
2. Seus tipos;
3. Situação da *accountability* no Brasil.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>